

**ST 2 – TRINTA E CINCO ANOS DE “TRABALHO, LAR E
BOTEQUIM”: JUSTIÇA, MORALIDADES E RELAÇÕES DE
TRABALHO**

Ensaio sobre as relações de trabalho em Porto Velho no século XX

Essay about labor relations in Porto Velho in the 20th century

Ana Carolina Monteiro Paiva¹

O objetivo deste ensaio consiste em compartilhar e colocar para discussão os primeiros apontamentos de uma proposta de pesquisa, ainda em construção, que surgiu na finalização da escrita de *Trabalho e cotidiano na Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (1907-1919)*.² Para isso, de forma breve veremos uma introdução sobre o tema, objetivos, discussão de fontes e referencial teórico-metodológico até o momento.

Localizada na região Norte do Brasil, a cidade de Porto Velho é capital do estado de Rondônia, na região amazônica. A formação da cidade ocorreu a partir da construção da ferrovia Madeira-Mamoré, no início do século XX, um empreendimento negociado através de tratados entre Brasil e Bolívia desde o final do século XIX, buscando estabelecer uma via de acesso e circulação economicamente viável para os dois países.

¹ Mestra em História pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em História do Trabalho (GEPEHTO-CNPq), vinculado à Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e do Laboratório de Estudos da História Social do Trabalho na Amazônia (LEHSTAM-CNPq), vinculado à Universidade Federal do Amapá (Unifap). Contato: anacarolina.mont@hotmail.com.

² Trata-se de uma investigação sobre o cotidiano estabelecido aos e pelos trabalhadores da Companhia Madeira-Mamoré a partir da estruturação de um sistema de controle e manutenção da força de trabalho durante o período de construção e funcionamento da ferrovia, entre 1907 e 1919. Para isso, considereei como elementos do cotidiano a organização do trabalho através da divisão das funções e estabelecimento de hierarquias; espaços de trabalho e moradia, atividades sociais, mobilizações; conflitos, resistências, normas de comportamento social, condutas desviantes; condições sanitárias, disciplinarização dos corpos, saúde física e mental.

Entre vários momentos de sua história, a ferrovia começou a ser construída efetivamente em 1907, foi inaugurada em 1912 e desativada em 1972. Por ter mobilizado um contingente de trabalhadores, Francisco Foot Hardman (2005) e Manoel Rodrigues Ferreira (2005) estimam um fluxo de 25.000 a 30.000 durante o período de construção, a ferrovia juntamente com a exploração da borracha foi responsável pela formação de núcleos populacionais ao longo dos trilhos de ferro que se desenvolveram e transformaram-se em cidades, como Porto Velho.

O historiador Dante Ribeiro da Fonseca (2017, p. 64-65) observa o fenômeno de surgimento da cidade de Porto Velho como uma “expressão acabada do capitalismo industrial”, isto porque a ferrovia trouxe consigo a modernidade e um conjunto de elementos – como a instalação de iluminação, fábrica de gelo, lavanderia a vapor, cinema – que até então eram identificados de forma isolada ao longo do rio Madeira. Além disto, e principalmente, “Porto Velho era a existência de um operariado ligado a indústria de transportes, que a navegação a vapor não conseguira fixar em nenhum dos núcleos urbanos anteriores daquele rio.”

Este operariado, responsável pelo nascimento da cidade, era composto por mais de 40 nacionalidades (HARDMAN, 2005) recrutadas para o período de construção da ferrovia (1907-1912), o que atribuiu à Porto Velho a característica de uma cidade cosmopolita: “Se haviam estrangeiros nas outras urbes, eram poucos. Aqui, gregos, sírios, libaneses, indianos, espanhóis, portugueses, bolivianos, norte-americanos, e muitos outros vieram para trabalhar na ferrovia. Após sua construção, muitos ficaram.” (FONSECA, 2017, p. 64-65). Com a inauguração da ferrovia,

segundo informações do recenseamento de 1917, em Porto Velho, há uma baixa no número de estrangeiros residentes, passando a predominar o número de residentes provenientes de outros estados brasileiros.³

Portanto, a Madeira-Mamoré em Porto Velho constituiu, no primeiro momento, como um polo de atração de trabalhadores estrangeiros, enquanto a população nativa era atraída pelo trabalho nos seringais. No entanto, as configurações dos mundos do trabalho não tinham limitações rígidas. Todos, de alguma forma, estavam integrados e se relacionavam. É observável em fontes como jornais, livros de memória e processos judiciais, trabalhadores de seringais prestarem serviço à construção e manutenção da ferrovia, trabalhadores da ferrovia atuando no comércio local e carroceiros prestarem serviço aos seringais e à ferrovia. Ou seja, trabalhadores da ferrovia, comércio, serviços, funcionários públicos e ligados ao extrativismo estavam interligados pelas relações de trabalho.

Assim, nas primeiras décadas do século XX é possível identificar vários mundos do trabalho interligados e atuantes em Porto Velho, constituindo um contingente de trabalhadores responsáveis pelo desenvolvimento econômico e social da cidade.

Em *Trabalho e cotidiano na Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (1907-1919)*, quando o foco do estudo foi os trabalhadores ligados à ferrovia, pude identificar

³ A população brasileira em Porto Velho, independente de função de trabalho, atinge quase o dobro da população de estrangeiros (1.133 brasileiros e 712 estrangeiros). Ainda no recenseamento, foram identificados habitantes de 17 estados brasileiros, sendo os maiores grupos do Amazonas (278), Ceará (205), Rio Grande do Norte (119) e Pará (111), Fonte: Jornal Alto Madeira, Porto Velho, Anno I, n. 38, 27 set. 1917,

relações com demais trabalhadores de mundos de trabalho diferentes que coexistiam em Porto Velho e em outros núcleos ao longo da ferrovia. Em algum momento de suas trajetórias, se envolveram em relações de fraternidade, conflitos, associações comerciais, organização de eventos (como festas e prática de esportes) e mobilizações (como a greve de 1919 pela redução da jornada de trabalho). Porém, essa proposta dá um passo no sentido de estudar os trabalhadores da cidade, abrangendo outros vínculos de trabalho e não somente aqueles ligados à ferrovia.

Em concordância com Dante Ribeiro da Fonseca (2017, p. 216-217), a “aglomeração dos marginalizados do empreendimento” da ferrovia foi, em grande parte, esquecida pela historiografia: “O universo dos sem rostos ou a fisionomia comum do peão, em sua luta cotidiana pela sobrevivência, não ofereceu ao relato histórico o charme da cidade ferroviária (...)”, principalmente nas primeiras do século XX pós conclusão da ferrovia.

Esta ausência é notável na linha cronológica da cidade de Porto Velho, elaborada na historiografia a partir dos aspectos diretamente ligados ao desenvolvimento econômico e político. Ao elencar os marcos históricos de Porto Velho, a historiadora Yêdda Borzacov (2007, p. 223) aponta a construção da ferrovia Madeira-Mamoré, a instalação dos fios telegráficos pela Comissão Rondon, a criação do município de Porto Velho – por meio da Lei Estadual nº 757 – a nacionalização dos serviços administrativos da ferrovia, a criação do Território Federal do Guaporé, a construção da BR-29 (atual BR 364) e a criação do Estado de Rondônia. Estes eventos históricos ocorreram desde o início do século XX e, no contexto de formação

da cidade como um ideal de progresso aspirado pelo Estado brasileiro em terras amazônicas, compuseram as narrativas sobre a história e desenvolvimento de Porto Velho.

Nessa perspectiva de grandes acontecimentos não houve espaço e visibilidade para o contingente de trabalhadores e trabalhadoras como atores sociais que, de países e regiões diferentes, fizeram parte da história da cidade. Com isto, um dos intuitos é olhar para as primeiras décadas de Porto Velho sem considerar, em um primeiro momento, os grandes eventos e marcos históricos, priorizando as relações da classe trabalhadora na cidade.⁴

Dessa forma, considero como objetivo geral da proposta de pesquisa estudar a classe trabalhadora de Porto Velho a partir das relações trabalho durante as primeiras décadas do século XX, de 1912 – ano de conclusão e inauguração da ferrovia – a 1940 – período que antecede a Segunda Guerra Mundial e, conseqüentemente, o novo ciclo da borracha.

A partir dessa orientação inicial, é possível delinear alguns objetivos específicos, como identificar trabalhadores e trabalhadoras não inseridos(as) nos estudos sobre a história do trabalho urbano em Porto Velho; mapear e investigar as interações sociais e vínculos de trabalho entre os trabalhadores; e discutir a atuação de trabalhadores e trabalhadoras como agentes históricos na configuração dos mundos do trabalho na cidade.

⁴ Ainda, com a mudança de perspectiva, é possível problematizar um entendimento da historiografia regional (FERREIRA, 2005; MENEZES, 1999) de que as primeiras décadas da cidade de Porto Velho são marcadas por um período de poucos eventos conflituosos e, portanto, harmonia.

Sobre as fontes, a proposta é utilizar fontes judiciais e impressos, como periódicos, opções que não excluem a inserção de novos materiais para análise ao longo da pesquisa. A prioridade nestas fontes, principalmente os documentos encontrados nos arquivos judiciais como processos criminais, inquéritos, cíveis, *habeas corpus*, testamentos, arrolamentos, entre outros, pode ser entendida com a observação de Sidney Chalhoub (2012, p. 33): “a leitura de cada processo é sempre uma baforada de ar fresco, de vida, de surpresa”. Isto ocorre quando leio processos e me deparo com informações sobre trabalhadores e trabalhadoras que, em outras fontes e estudos, não consigo identificar. Em um processo, por exemplo, é possível identificar sobre os trabalhadores(as): nome, idade, país e/ou cidade de origem, estado civil, função de trabalho, moradia, escolaridade e vínculos.

As fontes judiciais encontram-se no Centro de Documentação Histórica do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, localizado em Porto Velho. O Centro possui um acervo com documentos desde 1912 de várias comarcas de Rondônia. O levantamento da documentação para análise tem sido feito desde 2015, de forma presencial e remota. O critério de seleção tem sido a palavra-chave “trabalhador”, em um primeiro momento com espacialidade diversa, ao longo dos núcleos populacionais da linha férrea. Isto porque os trabalhadores transitavam em busca de serviço pela ferrovia entre Porto Velho a Guajará-Mirim, portanto é preciso ler a ocorrência para depois filtrar e analisar se é relevante inserir na pesquisa um caso de outra cidade. Um outro ponto é que, apesar de até o momento ter-se uma amostra considerável, há lacunas. Há tanto uma escassez de registros policiais como de jornais entre 1912 e

1916. Isso diz respeito à conservação do material e, segundo Nilza Menezes (1999) às dificuldades de atuação da Justiça na região.

Quanto aos impressos, o jornal Alto Madeira, produzido em Porto Velho desde 1917, também consiste em uma das principais fontes. Composto por variadas sessões, destaco os espaços sobre “Vida Social” e “Sessões policiais”, em que trabalhadores ora são destaque, ora são colocados para julgamento público.

Disponibilizado na Hemeroteca Digital Brasileira, o jornal também integra o acervo do Centro de Documentação Histórica de Rondônia (CDHR), em Porto Velho. Desde 1981, o espaço possui um acervo formado por livros raros sobre a região e por outros jornais como O Guaporé, A Tribuna e o Estadão do Norte, além de revistas, cadernos, mapas e documentos referentes à história de Rondônia e de grande potencial para investigações históricas.

Os parâmetros teórico-metodológicos foram pensados antes da conclusão da leitura das fontes, portanto, são suscetíveis de mudanças. Partindo dos pressupostos da história social do trabalho, considero “relações de trabalho” e “sociabilidade” conceitos estruturantes da proposta.⁵

Para Karl Marx (2013, p. 961), em “relações de trabalho”, as explicações se dão por algum ângulo das relações instituídas nas sociedades capitalistas estabelecidas entre os que possuem os meios de produção e os que vendem a força de trabalho. João Areosa e Tom Dwyer (2010, p. 11) adicionaram outra camada válida sobre este

⁵ Há ainda conceitos que percebo compatíveis e, em algum momento necessários, para a proposta, como “cidade”, “espaço” e “redes sociais”.

entendimento, a de que “relações sociais de trabalho” consistem na “forma pela qual os próprios trabalhadores gerem o seu relacionamento com o trabalho”.

Para “sociabilidade”, a contribuição está com Maria Inez Machado Pinto (1994) no estudo sobre a heterogeneidade da classe trabalhadora em condição de instabilidade de trabalho, que os obrigava a um contínuo trânsito e na criação de redes de sociabilidades como uma das formas de sobrevivência. Outro entendimento de sociabilidade, porém denominado por “socialidade”, está nas astúcias, relações mais íntimas, a celebração conjunta de datas, a congregação em momentos religiosos e esportivos e as organizações sociais que representam a vida e fecundidade, segundo Michel Maffesoli.⁶

O estudo de Sidney Chalhoub (2012), *Trabalho, Lar e Botequim*, apresenta lições e contribuições para a formulação teórica desta proposta. Compartilho algumas, como:

- I. Chamou atenção para percebermos o desenvolvimento de “normas próprias reguladoras” pelos trabalhadores na operacionalização da convivência, na interação, integração e adaptação desses homens e, mulheres (CHALHOUB, 2012, p. 308-309).
- II. No estudo dos conflitos, olhar para a atuação própria das instituições (como a justiça pública e polícia), para ajudar a compreender o processo

⁶ Aqui, os estudos do sociólogo Maffesoli sobre “socialidade” são abordados por Jorge Alberto Soares Barcellos (1995).

de enquadramento como uma prática reveladora de resistência, da não-conformidade, do enfrentamento, já que estou falando também de trabalhadores que não eram tão valorizados socialmente como àqueles ligados à ferrovia.

- III. Perceber que os sujeitos (trabalhadores e trabalhadoras) fazem parte de uma estrutura de trabalho hierárquica e exploratória, portanto, os conflitos que se envolvem são como “lutas constituintes da vida cotidiana”, “inerentes a qualquer realidade social” (CHALHOUB, 2012, p. 23).

Ainda, duas questões metodológicas foram e continuam importantes para mim na obra de Chalhoub. Olhar para os processos judiciais, onde é perceptível as lutas e contradições, não para se descobrir “o que realmente passou”, ou fazer julgamentos. Mas para “tentar compreender como se produzem e se explicam as diferentes versões” de cada caso. E “arranhar” os processos judiciais, não aprofundando nas vicissitudes da peça, mas articulando com a “vida cotidiana”.

O literato manauara Márcio Souza, em seu romance histórico *Mad Maria* (2005), utilizou o humor e a linguagem satírica sobre a construção da ferrovia Madeira-Mamoré e declarou seu objetivo em lutar contra a história “bem arrumadinha, provinciana e cheirosa” (DIMAS, 1982) que identificou na história sobre a construção. Tal urgência é sentida da literatura para a investigação histórica. É desta forma que se pretende entender as relações entre os mundos do trabalho, em Porto Velho, para

além de datas históricas e ciclos econômicos – como comumente se olha para a história da região amazônica –, mas a partir da atuação dos próprios sujeitos, trabalhadores e trabalhadoras.

Referências

AREOSA, João; DWYER, Tom. *Acidentes de trabalho: uma abordagem sociológica*. Configurações [Online], nº 7. 2010.

BARCELLOS, Jorge Alberto Soares. Territórios do cotidiano: introdução a uma abordagem teórica contemporânea. In: MESQUITA, Zilá; BRANDÃO, Carlos Rodrigues. (Orgs.). *Territórios do cotidiano: uma introdução a novos olhares e experiências*. Porto Alegre/Santa Cruz do Sul: Ed. Universidade/UFRGRS/Ed. Universidade de Santa Cruz do Sul/UNISC, 1995.

BORZACOV, Yêda. *Porto Velho: 100 anos de história (1907-2007)*. Instituto de Estudos e Pesquisa Ary Tupinambá Penna Pinheiro. Instituto Histórico e Geográfico de Rondônia. Porto Velho: 2007.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. 3ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

DIMAS, Antonio. *Márcio Souza – Literatura comentada*. São Paulo: Abril Educação, 1982.

FERREIRA, Manoel Rodrigues. *A ferrovia do diabo*. 2. ed. São Paulo: Melhoramentos, 2005.

FONSECA, Dante Ribeiro. *In idem flumen: as povoações do rio Madeira e a origem de Porto Velho (séculos XVIII ao XX)*. 1ª. Ed. Porto Velho: Instituto Histórico e Geográfico de Rondônia – IHGR, 2017.

HARDMAN, Francisco Foot. *Trem fantasma: a ferrovia Madeira-Mamoré e a modernidade na selva*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

MARX, Karl. *O Capital*. Livro I. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MENEZES, Nilza. *Memória Judiciária* – História do Judiciário de Rondônia no século XX. Porto Velho: Gráfica do Tribunal de Justiça de Rondônia, 1999.

PAIVA, Ana Carolina Monteiro. *Trabalho e cotidiano na Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (1907-1919)*. Dissertação (mestrado em História). João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2020.

PINTO, Maria Inez Machado Borges. *Cotidiano e sobrevivência: a vida do trabalhador pobre na cidade de São Paulo (1890-1914)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

SOUZA, Márcio. *Mad Maria*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.

“Trabalhos e Costumes dos Gaúchos”:

Fonte para a história dos trabalhadores nas estâncias

The book "Work and Customs of the Gauchos":

As a source for the history of cattle ranch workers in South Brazil

Anderson Romário Pereira Corrêa¹

Introdução

Pretendo comunicar o trabalho de crítica dos testemunhos, que está em andamento. A crítica se refere ao livro "Trabalhos e Costumes dos Gaúchos", de Severino de Sá Brito, publicado em 1928. O livro "Trabalhos e Costumes dos Gaúchos", doravante referido como TCG, é uma das possíveis fontes do projeto de pesquisa (Doutorado PPG-UFRGS) que tem por título: "Relações de Trabalho nas Estâncias da Campanha Sul-rio-grandense (1919-1939): formas de dominação e resistências dos gaúchos na produção pastoril", que pretende conhecer a reação dos trabalhadores às novas técnicas de produção na pecuária, no contexto do entreguerras (1919-1939), na campanha do Rio Grande do Sul.

Entre as duas guerras mundiais, acelerou-se o processo de modernização na produção pecuária. Esse processo teve início nos últimos trinta anos do Século XIX e

¹ Doutorando no PPG de História da UFRGS (2021). Graduado em História, Mestre em História (PUCRS). Professor Assistente na Universidade Federal do Pampa, São Borja. Contato: andersoncorrea@unipampa.edu.br

ganha velocidade depois de 1914 (ZARTH, 2002. p.266; FONTOURA, 2007. p. 119). Essa mudança tecnológica muda as relações de produção e as formas de trabalho.

De acordo com Petersen (2013, p. 05) a História Social do Trabalho tem como tema principal a experiência dos trabalhadores em sua diversidade: urbanos e rurais, processos produtivos, relações de produção no local de trabalho, os espaços do cotidiano, entre outros aspectos que envolvem os mundos do trabalho. O conceito de História Social do Trabalho propõe a superação das dicotomias, entre elas, a oposição entre urbano e rural. Por isso, o trabalhador rural está cada vez mais integrado na historiografia dos Mundos do Trabalho.

A Historiografia é uma das ciências que necessita da observação da informação. As informações sobre o passado podem estar condicionadas em diferentes tipos de suportes chamados genericamente de documentos (AROSTEGUI, 2006, p. 480s). As informações para a Historiografia são chamadas de Fontes de Informação para a Historiografia (FIH). De acordo com Arostegui (p. 490s), dedutivamente falando, só existe FIH depois da definição do problema e dos objetivos de uma pesquisa. São as perguntas do historiador que transformam os documentos em FIH. Pretendo saber se o livro TCG (1928), é sincero e pode responder à pergunta: “qual a reação dos trabalhadores gaúchos às novas técnicas e tecnologias de produção pecuária no período entreguerras (1919-1939)?”

Esta pesquisa é bibliográfica, qualitativa e com análise e observação da documentação primária. Será feito um quadro com a descrição do “antes” e o “como está (1928)” no processo técnico e objetos técnicos de produção pecuária. Sidney

Chalhoub falou, em “Roda de Conversa”, que qualquer tipo de fonte, para ser utilizada, é necessário entender a lógica de sua produção, seus objetivos, seus protocolos (CORRÊA, 2021, 53 min.).

Primeiro Momento: Heurística

Conhecer a forma de produção de um documento é fundamental para a análise da informação que ele produz. Arostegui (2006, p. 508) diz que a depuração da informação se refere ao: “(...) conjunto de princípios e de operações que permite estabelecer a fiabilidade e adequação de certo tipo de informações para o estudo e explicação de um determinado processo histórico”. O melhor documento é aquele que oferece informação de forma direta (primária), de forma involuntária, cultural e seriado ou seriável. O livro TCG oferece informação de forma direta (primária), é voluntário (pois foi escrito para dar o testemunho), é cultural e não é seriado e nem seriável. O livro TCG é de aproximadamente 14 cm X 19 cm, 02 cm, com 219 páginas. Possui um Índice no final e uma Errata. Publicado em 1928, Edição da Livraria do Globo, Porto Alegre - RS. A grafia das palavras é feita conforme a praticada anterior à reforma ortográfica de 1943. Possui uma Apresentação com local, data e o nome do autor: Porto Alegre, Abril de 1928. Severino de Sá Brito.

Severino de Sá Brito, nasceu em Alegrete (14/02/1862 - 28/07/1932) e faleceu em Porto Alegre. Filho de Francisco de Sá Brito e de Carlota Candida de Sá. Foi casado com Maria Luiza da Fontoura Leite (GUIMARÃES, 1937, p. 182) O autor foi médico formado no Rio de Janeiro, em 1891. Exerceu a profissão de médico no Rio de Janeiro, Porto Alegre e em Alegrete. (MARTINS, 1978, p. 515) Publicou: Educação

Física, Tese de Doutorado; Rio de Janeiro, 1891; A cultura do Trigo no Brasil, Porto Alegre, 1896; Os interesses do estancieiro, economia rural. Rio de Janeiro, 1896 e Trabalhos e Costumes dos Gaúchos, Porto Alegre, 1928. Em sua tese de Medicina, intitulada Educação Physica, defende a higienização do corpo com a Educação Física como meio de higienização ou reforma social (BRITO, 1892, p. 06).

Ele defende a higienização dos costumes e destaca a educação física escolar como um reformador social dos hábitos e dos costumes. Em 1896, em “O Interesse do Estancieiro,” Sá Brito incentiva os estancieiros à investirem na agricultura. Para ele, a pecuária é responsável pela miséria da região da campanha. A mão-de-obra deve ser o próprio gaúcho. Sá Brito considera o “gaúcho” uma pessoa não muito afeita ao trabalho e acrescenta que: “com todas as dificuldades é com ele que se deve contar” (BRITO, 1896). Resumindo, faz apologia ao progresso e à modernização na pecuária e de outras culturas no campo. Enfim, nessas obras do final do Século XIX, ele pretende mudar os hábitos e costumes dos gaúchos.

Sobre a contextualização: Essa parte da análise é para confirmar se as informações registradas na fonte pertencem aquele contexto. Uma outra forma de produzir argumentos em defesa da ideia de que, no caso o livro fonte, é de 1928. É possível cruzar as informações contidas no livro TCG com outros documentos primários, da época, e com a historiografia. O livro em análise, TCG, de 1928, considerado e tratado como fonte primária, como testemunho direto de sua época de produção, é original (existe uma reedição corrigida de 1978), intencional (o autor pretendeu dar o testemunho do que viveu para as gerações futuras), culturais (Livro

sobre folclore), produzido em série, mas não no sentido quantitativo do termo “Fonte Seriado”, e não é seriável. A publicação do livro, em 1928, está inserida dentro de um contexto de produção das primeiras obras do folclore rio-grandense, com autores como João Cezimbra Jacques e João Simões Lopes Neto. Havia um contexto de produção cultural do regionalismo rio-grandense, com produções na literatura, imprensa, poesia, teatro e folclore. O livro foi classificado como sendo uma obra de Folclore e ou Sociologia. A História, naquele contexto, possuía um modelo disciplinar que não oferecia condições teórico epistemológicas e concepções de fontes para que os temas tratados no livro fossem abordados pela historiografia. Esse tipo de assunto, “cultura popular”, era abordado pela literatura e pelo folclore.

Thompson (2001) escreve que para conhecer as sociedades agrárias e rurais, anteriores à modernidade, é importante observar as obras do folclore que abordam os costumes. Segundo ele: "Todavia, o costume e o ritual foram frequentemente encarados pelo cavalheiro paternal (...) a partir de cima e por cima de uma fronteira de classe, sendo ainda divorciado de sua situação ou contexto." (THOMPSON, 2001, p. 231). Severino de Sá Brito era um rico proprietário rural, estancieiro, patrão dos trabalhadores os quais ele descreve. No final veremos que ele se coloca e pertence a uma elite cavalheiresca.

Uma das características do folclore, que surge na Europa no século XIX e tem uma fase no Brasil na década de 1920, é o estudo das comunidades populares ou dos subalternos por considerar que essas comunidades, muitas vezes rurais e agrárias, possuem a essência e a pureza que estão sendo perdidas pelo avanço da

modernidade. Também possuem um aspecto político de identidade, nacionalismos e regionalismos. Isso em oposição a políticas centralizadoras e imperialistas (NÉIA, 2017). Veremos, adiante, que o TCG é um discurso político, de um regionalismo com pretensões políticas nacionais.

Sobre o regionalismo no Rio Grande do Sul (RS), na transição do Século XIX para o Século XX, havia muitas trocas com o regionalismo platino. Não havia uma unidade entre os tipos de regionalismos a serem adotados. O regionalismo platino construiu o mito do gaúcho rebelde, o Martin Fierro. No RS, foi importante a obra de João Simões Lopes Neto para construir o discurso conservador, avesso ao mito platino, um antifierro (ZALLA, 2018, p. 21 e 28). O livro TCG é mais um reforço na construção do gaúcho higienizado, reformado, civilizado, cavalheiresco, o antifierro.

Segundo momento: Análise de Adequação (hermenêutica)

É o momento de saber se o livro TCG pode responder ao “problema” ou aos objetivos da pesquisa. Para saber como regiram os trabalhadores das estâncias ao processo de modernização do trabalho (novos objetos técnicos e novas tecnologias: alambrados, tronco, banheiros, pastagens, sistemas de manuseio, cabanhas etc.) são necessárias fontes que demonstrem o cotidiano e a rotina de trabalho, que façam a descrição de como os trabalhos eram executados. O livro TCG é uma fonte testemunhal no sentido de ter sido feita para contar a História. O autor do livro se apresenta para dar uma versão dos fatos que diz ter testemunhado. Ele tem uma intenção, uma vontade de “depor”, de falar. O autor escreve como eram os trabalhos

na pecuária quando o mesmo era jovem (1880/1890) e denuncia as mudanças que estão ocorrendo no momento da publicação do livro, em 1928.

Farei a observação do “modo de fazer” do livro TCG por Severino de Sá Brito. Segundo ele: “A minha intenção escrevendo estas reminiscências é fazer o histórico do modo como eram executados outrora os trabalhos da vida pastoril e também fornecer dados sobre algumas das feições características dos costumes rio grandenses.” (BRITO, 1928, p. 03). Ele diz que se limitou a escrever sobre o que viu e apreciou antes de 1875 e lembranças avivadas com seus amigos estancieiros antigos. Escreve que nos últimos trinta e poucos anos (mais ou menos depois de 1898), ocorreram modificações tão grandes nas lidas da campanha que, segundo ele, seja possível apagarem-se com o tempo os traços laboriosos de sua primitiva formação. Seu método é a descrição de “memória”, de lembranças do que viveu. Considera o progresso benéfico e que vão afastando a sociedade dos costumes que dominaram o Rio Grande com o nome de "gaúchos" (1928, p. 03).

Para ele, os hábitos antigos vão cedendo lugar à vida moderna e essas mudanças se dão somente no meio exterior (trabalho/interpretação minha) e não nas qualidades primordiais dos gaúchos (costumes/interpretação minha) (1928, p. 04). Sá Brito critica outros escritores que escrevem sobre o Rio Grande do Sul e seus costumes. Para ele, alguns dão verdadeiros retratos do sentir e viver dos homens de outrora. Somente poucos descrevem ações trágicas que muitas vezes provêm de doentes sociais, que são, segundo Severino, exceções. São trabalhos de moços que seu conhecimento de testemunho não pode chegar a muito tempo atrás (1928, p. 04).

Por isso ele se acha mais qualificado para dar seu testemunho. É interessante destacar que ele frisa estar escrevendo sobre um período, fazendo o histórico, de um tempo gaúcho. (1928, p. 07)

O livro TCG é dividido em: Introdução; Histórico; Progresso; Estância e Seus Trabalhos (estância, campos, pequenos animais dos campos, animais, rodeio, marcação, touros, tropa, gauchada e domaçaõ, pequenos tópicos); Costumes (bom humor, simplicidade, tolerância e altruísmo, revolvendo passados, caráter, um elemento pastoril e pendor guerreiro, o 23 e os gestos cavalheirescos dos gaúchos). O método de Sá Brito, para falar de como era o Trabalho dos Gaúchos, é a sua memória (confirmada em diálogo com amigos antigos estancieiros). Ocorre o que Pollak (1992) descreve em “Memória e identidade Social”, ou seja, a seletividade de memória, a construção dessa memória no momento de sua evocação (1928 para falar de 1880), a organização e o enquadramento (memórias de minorias, disputas por memórias). Pollak diz que cada vez que ocorre uma reorganização da sociedade (Modernização, nesse caso) ocorre uma reorganização da memória. Sá Brito está “enquadrando” a memória que está em disputa.

Quando Sá Brito diz que viveu, quando criança com os trabalhadores campeiros e que mesmo tendo morado e estudado no Rio de Janeiro, visitava periodicamente a estância de seus familiares, lembra o que escreveu Peter Burke sobre o processo cultural ocorrido na Europa, na Idade Moderna. Processo esse caracterizado por Burke como: Entrada, Reforma e Retirada. Isso ocorreu quando membros que se consideravam parte da cultura popular a descreviam, reformavam os

costumes de acordo com seus próprios valores e, por fim, se retiraram. Esses autores do folclore são sujeitos biculturais (BURKE, 2010, p. 17 e 18).

A primeira parte do livro TCG fala do trabalho e a segunda parte fala dos costumes. Sobre o Trabalho o autor explica que o alambrado deu um golpe nos costumes, diminuiu a peonada (BRITO, 1928, p. 18). Ele destaca também que “o progresso chegou e fez das suas”: introdução do tronco, do banheiro, organizou o plantel e, entre outras coisas, criou animais de galpão (1928, p. 19).

Sá Brito escreve sobre os costumes populares, mas se for observado o conjunto da obra, o autor e o contexto, dá para perceber o destaque aos costumes da elite estancieira, militar e política. Fala dos seus gestos cavalheirescos (inclusive, e principalmente, na guerra) e de sua civilidade democrática e liberal. Escreve que quando o candidato a presidente do Brasil, Washington Luís, esteve em Alegrete, foi recebido em uma estância, “onde expressamente se reuniu uma elite, aí apreciou os trabalhos e costumes do nosso meio pastoril exibido por peões [...]” (1928, p. 99).

Para destacar os costumes “civilizados” dos gaúchos, Severino, depois de escrever sobre exemplos do comportamento e das posturas dos gaúchos em vários momentos, cita como exemplo notícias publicadas pela imprensa brasileira. Destaco, como ilustração, uma notícia de jornal publicada por Assis Chateaubriand, no “O Jornal”, do Rio de Janeiro, em 25/11/1927, artigo intitulado “Cavalheirismo Gaúcho”. Nesse artigo o jornalista enaltece o recém eleito presidente do Estado, Getúlio Dornelles Vargas (1928. p. 218). Sá Brito cita também, entre outras notícias, o Estado

de São Paulo, que diz; “Do sul, donde tantas vezes tem subido nuvem carregadas, vem-nos hoje, um clarão de aurora.” (1928, p. 219).

Depois dessa breve análise, podemos entender melhor as palavras colocadas no início do livro: “A indústria suplantou o gauchismo! Mas o caráter próprio dos nossos antepassados ficou. Também guardamos a tradição gaúcha, como um patrimônio moral. E esta tradição é simpática não só a nós os sulistas com a todos os filhos deste grande Brasil.” (1928, p. 19). Severino estava apresentando um Rio Grande do Sul e um gaúcho para serem aceitos no centro do país. As referências teóricas explícitas e citadas por Severino de Sá Brito são Spencer (1928, p. 100) e Jorge Sales Goulart (1928, p. 33 e 125). Pensadores evolucionistas que entendiam a sociedade como um organismo vivo, funcionalistas. Defensores de teses como a “harmonia social” e a proeminência das raças na evolução das sociedades.

Para fazer a observação e análise do conteúdo do livro, no que se refere ao trabalho, será feita uma análise com o preenchimento de um quadro, de acordo com o modelo a seguir:

Quadro 01: Conteúdo sobre o trabalho na estância (TCG)

Trabalho Tarefa Atividade	Antes: Por volta de 1880 e 1890		No entreguerras: Por volta de 1928		Observações (ver resistências)
	Sistema Técnico	Objeto Técnico	Sistema Técnico	Objeto Técnico	
<i>Ex.: Marcações, Castrações/ Beneficiamento, Domas, Tropas, Tosas, etc.</i>					

Fonte: Elaboração própria.

Conclusão

Não é bem uma conclusão porque a análise ainda está em andamento. Provisória e preliminarmente podemos dizer que as informações do livro *Trabalhos e Costumes dos Gaúchos* são sinceras e adequadas para responder ao problema e objetivos da pesquisa sobre as relações de trabalho nas estâncias rio-grandenses no período do entreguerras. O livro passa, assim, à condição de Fonte de Informação para a Historiografia.

No livro *Trabalhos e Costumes dos Gaúchos*, Severino de Sá Brito faz o enquadramento da memória regional sobre as formas de trabalho e dos costumes da campanha rio-grandense, a região das estâncias. O texto é mais um sintoma da transição das sociedades tradicionais para as sociedades modernas. Pretende registrar a cultura popular e oral. O enquadramento ocorre na perspectiva da higienização e no disciplinamento dos costumes do camponês (gaúcho), isto é, na reforma. É importante observar as contradições na fala do autor. As formas de trabalho que ele diz que terminou e que estão terminando em 1928, podem não ter terminado. Fica nítido que Sá Brito quer que aquelas formas de trabalho antigo e costumeiras terminem. Ele tem interesse político e ideológico no fim do tempo gaúcho!

Referências

- AROSTEGUI, Júlio. *A pesquisa histórica: teoria e método*. Bauru, SP: Edusc, 2006.
- BRITO, Severino S. *Educação física*. Rio de Janeiro: Imprensa Mont'Alverne-Ferreira & C., 1892. Tese – Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.
- BRITO, Severino S. *O interesse do estancieiro: estudos sobre economia rural com aplicação à campanha rio-grandense*. Soares & Naeimayer. Rio de Janeiro, 1896.

- BRITO, Severino S. *Trabalho e Costumes dos Gaúchos*. Ed. O Globo, Porto Alegre, 1928.
- BURKE, Peter. *Cultura popular na Idade Moderna*. Europa, 1500-1800. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- CORRÊA, Anderson R. Pereira e Homero Corrêa Pires Dornelles. *Ruínas da Fundação Maronna*. Monografia (Fundação Maronna), Alegrete: 2011.
- CORRÊA, Anderson R. Pereira; SILVA, C. M. S.; LOYOLA, E. T. The Making of Trabalho, lar e Botequim - Roda de Conversa com o Prof. Dr. Sidney Chalhoub. 2021. ST 02; V Encontro Discente de História da UFRGS, Porto Alegre. Vídeo: <https://www.youtube.com/watch?v=KXXR-KKHTW8> Acesso: 15/11/2021, 21:13
- FONTOURA, Luiz Fernando Mazzini. Agricultura: da Associação à modernização. In: *República: da revolução de 1930 à Ditadura Militar*. Passo Fundo: Mérito, 2007. – V.4 (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul) p.117-136.
- GUIMARÃES, João Pinto da Fonseca e Jorge G. Felizardo. *Genealogia rio-grandense*; Vol. I; Título - Carneiro da Fontoura. Porto Alegre, RS: O Globo, 1937.
- MARTINS Ari. *Escritores do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre. Ed. da Universidade Federal do rio Grande do Sul, IEL, 1978
- NÉIA, Vitor Hugo Silva. O folclore e escrita da história: a cultura popular como fonte. In: Resgate - Rev. Interdiscip. Cult., Campinas, v. 25, n. 1 [33], p. 203-226, jan./jun. 2017.
- PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. *Introdução ao estudo da História: temas e textos*. Porto Alegre: Edição do autor, 2013.
- POLLAK, Michael. Memória e identidade social. Estudos Históricas, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992.
- THOMPSON E.P. *A peculiaridade dos ingleses e outros artigos*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.
- ZALLA, Jocelito. *A invenção de Simões Lopes Neto: literatura e memória histórica no sul do Brasil*. RJ, Tese UFRJ, 2018.
- ZARTH, Paulo Afonso. Comentário sobre a conferência “história agrária”, de Helen Osório. In: *HISTÓRIA-UNISINOS*; Número Especial; 2001.p.143-148.

O ambiente de trabalho e as questões de gênero na Justiça do Trabalho (Pelotas – década de 1940)

The work environment and the gender issues in the Labor Court (Pelotas- 1940s)

Ariane Regina Bueno da Cunha¹

Introdução

A história da humanidade e as pautas relacionadas às questões de gênero caminham juntas, traçando diferentes discussões a respeito de quais papéis são esperados que homens e mulheres desempenhem na sociedade. Nesse sentido, durante muito tempo, o papel da mulher era exclusivamente cuidar dos filhos e do lar, enquanto o homem trabalhava para prover o sustento de sua família, embora se saiba que a maioria das mulheres, especialmente as mais pobres, tinham que ajudar na renda das famílias.

Dessa forma, as mulheres eram vistas como submissas e inábeis para acessar a esfera social e política; tornando-se reféns de seus lares, não podiam sair à rua e nem trabalhar. Esse escopo de dominação masculina refletiu inclusive na narrativa histórica tradicional, a qual, por um longo período, deu pouco espaço para o gênero feminino justamente na medida em que dava prevalência à cena pública - política, guerra - onde as mulheres pouco apareciam (PERROT, 2005).

¹Graduanda do curso de História-Bacharelado. Universidade Federal de Pelotas. Bolsista de Iniciação Científica do NDH/UFPel, com apoio da Fundação de Amparo à pesquisa do Estado do RS (FAPERGS). Contato: ariane_buenocunha@hotmail.com

Somente a partir dos anos de 1960 e 1970, na Europa e Estados Unidos, as mulheres passarão à condição de objeto e sujeito da História, adquirindo um campo específico de pesquisa, sob o influxo das transformações na historiografia articulada à política feminista (SCOTT, 1990, 1992). As feministas vão evidenciar a necessidade de superar o termo sexo biológico do sexo social e assim o gênero vai surgir como uma categoria útil de análise histórica.

Nesse sentido, de acordo com a mesma autora, o gênero, para além do sexo biológico, diz respeito ao constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e se configura como uma forma primária de dar significado às relações de poder. Além disso, o gênero ainda interage com outras variáveis socioculturais e contextuais, como a escolaridade, idade, etnia, classe social e situação socioeconômica (HEBERLE, 2001).

Mesmo quando as mulheres conquistaram espaços até então inacessíveis, como o mercado de trabalho, no século XX, os ofícios desempenhados por elas eram aqueles considerados extensões das tarefas domésticas (FRANCISCANI, 2010). Somente com o desenvolvimento das indústrias, vão surgir oportunidades para que elas comecem a ocupar ofícios ligados à produção e assim, em manufaturas têxteis e de vestuário, uma grande quantidade de mulheres vai exercer a função de costureiras.

Entretanto, por um longo período, mesmo exercendo ofícios assalariados, o trabalho realizado pelas mulheres foi marcado pela inferioridade em detrimento de uma supremacia predominantemente masculina no mercado formal e, de forma geral, tendo o salário considerado complementar da renda do pai ou do marido. Além disso,

segundo Daniel (2011) ainda hoje nota-se uma sexualização do local e da relação de trabalho, além de se esperar do gênero feminino um comportamento sociável, afetivo e dócil no ambiente laboral.

Dessa forma, o mercado de trabalho apresenta-se como um espaço que estabelece, para além das relações econômicas, um conjunto amplo e complexo de relações sociais de gênero. Tendo em vista tal situação e considerando que a construção da imagem do gênero feminino e masculino é influenciada pelos valores culturais, sociais e econômicos da sociedade, o presente trabalho visa refletir, a partir de três processos do Memorial da Justiça de Trabalho do TRT4, referentes à cidade de Pelotas, década de 1940, as experiências laborais e as dificuldades relacionais femininas nos espaços de trabalho, no que diz respeito, principalmente, a como os padrões de comportamentos e vestimenta esperados para as mulheres, à época, afetava o ambiente das indústrias.

Metodologia

A metodologia utilizada diz respeito a análise documental proposta por Cellard (2012), que indica que é preciso avaliar preliminarmente cada documento, os quais devem ser criticados a partir do seu contexto, autores e elementos da problemática. Assim, o documento pode ajudar na compreensão do processo de constituição e desenvolvimento de indivíduos, grupos, mentalidades e comportamentos.

Além disso, optou-se por uma análise documental, a partir da micro-história, a qual, segundo Levi (2016, p.23), que busca reconstruir situações, momentos e pessoas que, observados com olhar analítico, em uma esfera circunscrita, “recuperam

um peso e uma cor”. Para tanto, será feito uma espécie de resumo dos três processos trabalhistas citados na introdução, sendo apontadas as suas problemáticas, bem como o resultado das demandas.

Resultados e discussão

O Núcleo de Documentação Histórica - Professora Beatriz Loner, da Universidade Federal de Pelotas, foi fundado em março de 1990 e se configura como um espaço de ensino, pesquisa e extensão, reconhecido, sobretudo, por preservar acervos ligados à história do trabalho, dos trabalhadores e trabalhadoras. Dentre a documentação, se insere o acervo da Justiça do Trabalho, que contém grande parte dos processos trabalhistas referentes à cidade de Pelotas, ou seja, 93.845. Entretanto, em decorrência da pandemia e da impossibilidade de consultar o acervo físico, o presente trabalho dará enfoque a três processos trabalhistas ligados a mulheres pelotenses, da década de 1940, que se encontram no Memorial da Justiça do Trabalho, acondicionados fisicamente em Porto Alegre e disponibilizados *online*².

O primeiro processo (113/1945)³, tem como reclamante Santa Marreira Rodrigues, a qual trabalhava na Frigorífico Anglo e foi demitida estando em estado adiantado de gravidez, uma vez que estava com 6 meses de gestação. Dessa maneira, pleiteou que fosse anulado o aviso prévio que havia recebido ou que, caso não fosse anulado, que lhe fosse pagos os salários correspondentes às seis semanas antes e depois do parto.

² <https://www.trt4.jus.br/atom/index.php/informationobject/browse?topLod=0&query=+Pelotas>. Estes processos estão disponíveis também na página do NDH/UFPel: <https://wp.ufpel.edu.br/ndh/>.

³ Dois desses processos, 113/45 e 475/48, foram utilizados em um trabalho publicado por Gill (2020).

Durante a audiência, no momento em que o procurador fez a defesa da empresa, o que chama a atenção diz respeito a um aspecto moral, uma vez que, em sua fala, se percebe um claro incômodo por Santa ser solteira e estar grávida.

Segundo ele:

[...] a reclamante era solteira quando entrou para o serviço da reclamada. Nunca fez prova de que fosse casada. Assim sendo, se ela era ainda solteira em dezembro de 1944, a reclamada não podia adivinhar que ela estivesse grávida. Se a reclamante era casada, quando ingressou na empresa, ela usou de má fé declarando-se solteira. Se fosse solteira, conforme declarou, não há dúvida de que, por circunstâncias evidentes, ela tinha interesse em ocultar a gravidez (Processo nº 113/1945, p. 7).

Como resultado, o processo foi considerado improcedente, pois a Junta considerou que a reclamante estava em tempo de experiência, menos de um ano. A lei não proibia a despedida de gestantes e a empresa, segundo seus representantes, desconhecia a gravidez da reclamante. Santa Rodrigues recorreu, porém, a decisão inicial foi mantida.

Embora a reclamante não tivesse um ano de serviço, o resultado da ação foi imerecido, uma vez que Santa estava grávida e era solteira, o que implicaria em dificuldades financeiras, além de olhares preconceituosos por tal condição, uma vez que a mulher, no início no século XX, respondia e desapontava de modo indelével como casada, mãe e responsável pela harmonia do lar. Quando ela não respondia a essas funções, poderia comprometer o olhar que se esperava do gênero feminino (MENDONÇA; RIBEIRO, 2011).

O segundo processo (475/48) tem como reclamante Alice Jorge Pinheiro, a qual era viúva e trabalhava no Teatro Guarany. Ela atuava como servidora no *toilete* das senhoras, trabalhando 20 horas por semana e recebendo CR\$ 0.70 por hora. De acordo com ela, no dia 21 de novembro de 1948 faltou ao trabalho, pedindo que sua filha a substituísse em sua função, mesmo assim, acabou sendo despedida. Tendo em vista tal situação Alice pleiteou diferenças salariais e o pagamento de aviso prévio. Entretanto, o empregador alegou que a reclamante não era sua empregada e que, somente por concessão, assistia filmes e ajudava no *toilete* das senhoras, recebendo, eventualmente, uma gratificação no valor aproximado de CR\$ 10,00 por semana.

Quando estava sendo realizada a audiência Alice foi expulsa pelo juiz Mozart Victor Russomano, que alegou o seguinte:

A reclamante, desde o início da audiência, se portou de modo inconveniente, interrompendo a parte contrária e, por fim, culminando em interromper até mesmo essa Presidência. Tornou ela, por sua insólita conduta, imperdoável mesmo numa simples mulher do povo, impossível o prosseguimento da audiência, recusando-se a permitir o seu desdobramento processual. Em face disso, da recusa da Reclamante em que o feito prosseguisse, antes que ela se retirasse da sala de audiência, foi ela da mesma expulsa, por minha determinação. Assim, tendo ampla direção do feito, em face do exposto e da impossibilidade, gerada pela Reclamante, de continuação do processo, aplicando, por analogia, o artigo 844, da Consolidação, determino o arquivamento do processo, concedendo à Reclamante, o benefício da Justiça Gratuita, por ganhar ela menos do dobro do mínimo legal (Processo nº 475/48, p, 6).

Possivelmente o pouco conhecimento a respeito dos preceitos da Justiça tenha levado Alice a se manifestar em momentos considerados inapropriados em um ambiente majoritariamente masculino. Além disso, por conta do afastamento de padrões de comportamento esperados às mulheres na época, aportados na

docilidade, recato e discrição, Alice acabou sendo expulsa antes mesmo de poder tentar comprovar a veracidade de uma demanda, o que teria feito muita diferença em sua vida, já que era pobre, viúva e tinha uma filha. A experiência de Alice demonstra a configuração do gênero feminino como um fruto ou resultado de uma construção ideológica determinada por instituições gerenciadas e controladas por homens, tais como a Igreja, medicina e direito (MENDONÇA; RIBEIRO, 2011).

O terceiro processo (479/1948) tem como reclamante Dalila Robaina Alves, a qual era viúva e trabalhava como costureira na firma Jaime Schatkin, recebendo CR\$14,40 por dia, sendo pagos por semana. De acordo com ela, no dia 16 de dezembro e 1948, um dia de muito calor, tirou uma blusa de tecido mais grosso e ficou com outra de tecido mais fino, motivo pelo qual foi chamada, pela esposa do reclamado, de indecente, imoral, escandalosa e desrespeitosa e mesmo tendo colocado o casaco novamente, conforme lhe foi ordenado, acabou sendo despedida. Mediante tal situação pleiteou o pagamento de indenizações por despedida injusta, aviso prévio e dois períodos de férias que não foram gozados.

Em defesa, o procurador do reclamado alegou que Dalila foi despedida por:

[...] ter havido exagero ao privar-se de peças de vestuário sem as quais não seria compatível a sua presença no local do trabalho, onde trabalham outras moças e também um operário. Por isso foi considerada falta grave por atentar contra a boa ordem e disciplina do estabelecimento. O que ela chama de blusa, é, na verdade, maianita muito aberta que não se costuma usar fora de casa (Processo nº 479/1948, p. 6).

Ao longo da audiência, Dalila usou a blusa de tecido grosso que estava trajando quando foi despedida e apresentou, à Junta, a blusa de tecido mais leve, de mangas

curtas, que teria causado a sua demissão. Além disso, o procurador de Dalila alegou que as suas vestes eram tão decentes que poderia, até mesmo, sair à rua sem causar espanto a quem quer que fosse. Como resultado, por unanimidade, a ação foi julgada procedente, pois à Junta considerou que a vestimenta usada pela reclamante, “poderia ser tida, até certo ponto, como inconveniente para uma senhora, mas nunca imoral por arrojada, indecente a ponto de ofender a moralidade média ou mesmo de chamar a atenção” (p. 38).

A vivência de Dalila deixa evidente a atuação da ordem patriarcal como um modelo de dominação da mulher a partir da vestimenta, a qual, segundo Perrot (2005), estaria ligada às aparências e, portanto, as mulheres deveriam ter um grande cuidado, sobretudo na esfera pública. Dessa forma, no momento em que a reclamante se desviou daquilo considerado moral, à época, foi dura e injustamente penalizada, com palavras ofensivas e com a despedida. Embora a ação tenha sido favorável à Dalila, é possível perceber que, no próprio discurso da Junta, a vestimenta é apontada como um medidor da moralidade social.

Conclusões

Os arquivos judiciais são fontes ricas que possibilitam se pensar a respeito da história das mulheres, já que em outras documentações os setores marginalizados deixam poucas marcas. Nesse sentido, as vivências de Santa, Alice e Dalila, demonstram algumas das dificuldades enfrentadas pelas mulheres, principalmente as mais pobres, frente a ambientes majoritariamente controlados por homens.

Apesar das reclamantes terem suas histórias experienciadas na década de 1940, é possível notar traços de suas vivências ainda hoje, pois as mulheres continuam encontrando dificuldades e limitações em se posicionarem em ambientes públicos, além de ainda construções sociais envoltas da identidade do gênero feminino, preceituando os padrões físicos, psicológicos e comportamentais esperados das mulheres.

Referências Bibliográficas

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, Jean et al (Org.). *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis: Vozes, 2012, p. 295-316.

DANIEL, C. O trabalho e a questão de gênero: a participação de mulheres na dinâmica do trabalho. *O Social em Questão*, Ano XIV, n. 25/26, p. 323-344, 2011. Disponível em: http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/17_OSQ_25_26_Daniel.pdf. Acesso em: 09 nov. 2021.

FRANCISCANI, J. S. *A Mulher no mercado de Trabalho e a luta pela Valorização*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração). Assis: Fundação Educacional do Município de Assis – FEMA, 2010.

GILL, L. Os processos da Justiça do Trabalho de Pelotas, no Memorial TRT4, e as possibilidades de se pensar sobre a História das Mulheres. In: LOPES, A. E. M, VARGAS, J. M (Org.). *Capítulos de História de Pelotas*. Porto Alegre: Casalettras, 2020, p. 103-121.

HEBERLE, V. M. Questões de gênero e identidade no discurso da mídia. In: GRIGOLLETTO, M., CARMAGNANI, A. M. G. (Org.). *Inglês como língua estrangeira: identidade, práticas e textualidade*. São Paulo: Humanitas, 2001, p. 91-110.

LEVI, G. 30 anos depois: repensando a Micro-História. In: VENDRAME, M. I. et al (Org.). *Ensaio de micro-história: trajetória e imigração*. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2016, p. 18-31.

MENDONÇA, J. G. R.; RIBEIRO, P. R. M. Algumas reflexões sobre a condição da mulher brasileira da colônia às primeiras décadas do século XX. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, Araraquara, v. 5, n. 1, p. 93–104, 2011. Disponível em: <http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?from%5Finfo%5Findex=16&infoid=36&sid=14>. Acesso em: 09 nov. 2021.

PERROT, M. *As mulheres ou os silêncios da história*. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, v. 15, n.2, p. 71-99, jul./dez.1990. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/viewFile/71721/40667>. Acesso em: 09 nov. 2021.

SCOTT, J. História das Mulheres. In: BURKE, Peter (org.) *A Escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992, p. 63-95.

Os juristas, a lei e a sociedade: o Código Criminal de 1830 e as penas de prisão com trabalho

Jurists, law and society: the 1830 Criminal Code and the prison sentences with work

Camila Melo Silveira da Silva¹

Introdução

A promulgação da Constituição Imperial de 1824, o Código Criminal de 1830, o Código de Processo Criminal de 1832, bem como o Ato Adicional de 1834 no recém Estado Imperial do Brasil, permitiram que o ordenamento jurídico vivesse uma nova fase. Nesse contexto, novas concepções de punição foram adotadas, ainda que permanecessem penas consideradas arcaicas, como as galés e a prisão perpétua, presentes no direito punitivo do Brasil desde 1603, com o livro V das Ordenações Filipinas.

A Constituição, por exemplo, refletia um conjunto de ideias liberais que viam na punição uma forma de correção moral, e implicava diretamente no sistema de aprisionamento que passava a ser inspirado nos modelos modernos europeu e estadunidense, ainda que mesclassem essas ideias com aspectos da herança colonial. (SANT'ANNA, 2017, p. 291). No âmbito do ordenamento jurídico, o Código de Processo Criminal de 1832 permitiu um caráter local ao aparato legal e institucional, particularmente, nas instituições judiciais, policiais e de punição.

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – PPGH-UFRGS. Mestre em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí (PPGHB-UFPI), e Bacharel em História pela mesma instituição. Contato: camilamelosilveira@outlook.com

A punição e a prisão foram questões importante no século XIX brasileiro. Como sugere Marilene Antunes Sant'Anna (2017), quando ocorreram as primeiras mudanças na legislação e na estrutura judiciária do país durante o regime imperial, a forma de punir os indivíduos criminosos foi discutida de maneira cada vez mais intensa, alcançando repercussão entre grupos importantes de atuação política, jurídica e social.

Do ponto de vista da prisão, a Constituição de 1824 determinou que dali em diante as cadeias fossem seguras, “limpas e bem arejadas, havendo diversas casas para separação dos réus, conforme suas circunstâncias e natureza de seus crimes” (parágrafo XXI do artigo 179). Ao seu tempo, o Código de 1830 fixou a pena de prisão simples e de prisão com trabalho, embora não apresentasse claramente uma proposta de organização, nem instituição que servisse para contemplar as decisões da nova lei (SANT'ANNA, 2017).

Sobre esse tema, Yuri Aquino e Lucas Azevedo (2018) inferem que “na mesma linha do que já vinha ocorrendo em alguns países europeus, o engrandecimento da importância da pena de prisão fez-se ressoar no Código Criminal de 1830, quando foi estipulada, pela primeira vez, a pena de prisão com trabalho, inaugurando uma nova concepção de punição no Brasil.” (AQUINO; AZEVEDO, 2018, p. 962)

Socialmente, esse período também foi marcado pelo convívio dos interesses de uma elite de proprietários rurais e os do Estado. No âmbito do ordenamento jurídico, essa relação indicou uma ampliação da intervenção estatal no domínio privado, na medida em que permitiu um caráter local ao aparato legal e institucional,

particularmente as judiciais, policiais e de punição, com o Código de Processo Criminal de 1832. No sistema penitenciário, o caráter local permitiu que as províncias regulamentassem as oficinas de trabalho nas prisões tanto na construção de prisões com trabalho, quanto na adaptação de detenções à casa de prisão com trabalho.

À luz desse contexto, propomos uma discussão em torno das penas de prisão com trabalho previstas no Código Criminal de 1830, e a conseqüente criação (ou adaptação) de Casas de Prisão com Trabalho em algumas províncias brasileiras, como foi o caso das oficinas de trabalho iniciadas na Casa de Prisão da capital do Piauí, Teresina², em 1865.

Fundamentação Teórica: O mundo dos juristas

Com o objetivo de manter a ordem social no Brasil, em meados do século XIX, intensificaram-se os debates sobre o caráter punitivo que auxiliasse na manutenção da tranquilidade pública e do Estado independente. Nesse contexto, o trabalho como técnica de correção tornou-se um dos pressupostos principais do projeto reformador das prisões, mesmo que não fosse propriamente uma ideia nova (SANT'ANNA, 2017).

Desde a proposta de criação da Casa de Correção no Rio de Janeiro na década de 1830, que também tinha como objetivo reformar os indivíduos criminosos por meio

² Teresina foi a primeira capital planejada do Brasil, e se tornou a sede política da província do Piauí em 16 de agosto de 1852, quando a administração política de Oeiras foi transferida para aquela cidade. Com Resolução nº 584, publicada em 24 de agosto de 1865, foi autorizada a criação na cadeia pública da cidade “[...] as oficinas de trabalho”, pelo presidente da Província Dr. Franklin Américo de Menezes Dória, (*Província do Piauí. 1865. Código das Leis Piauienses*). No ano seguinte, foram realizados reparos na Casa de Detenção e adaptações para que fosse instaurado o sistema penitenciário de prisão com trabalho.

do trabalho e da disciplina, as prisões brasileiras transformaram-se em símbolo de reconstrução e recuperação do indivíduo. Ao menos nos debates em torno da questão penitenciária, visto que esse tema não tinha sido acolhido pelo Código de 1830, e a própria centralidade na prisão carcerária ainda era um projeto entre os anos de 1830 e 1890 no Brasil (SONTAG, 2019).

Não obstante, ao longo do século XIX percebeu-se uma preferência pelas instituições penitenciárias brasileiras ao regime de Auburn, que consistia no trabalho em comum em oficinas durante o dia, e o recolhimento em celas individuais à noite, e que se contrapunham ao regime de Philadelphia, que se configurava como o isolamento total do preso em sua cela. Ou seja, a reforma “moral” desses indivíduos nessas instituições se daria fundamentalmente por meio do trabalho disciplinado. Nessa percepção, o trabalho era considerado a antítese do ócio, e, propriamente, do crime. Os criminosos precisariam aprender um ofício, qualificado ou não, a ser exercido diariamente e que lhe trouxesse garantias do retorno à sociedade como cidadão “útil”.

O predisposto nas penas de prisão com trabalho nos Arts.º 32, 34 e 46 do Código Criminal de 1830, é assim, um significativo exemplo dessa nova construção social. Em consonância com esse projeto estavam intérpretes e comentaristas da legislação penal, ministros da justiça e presidentes da província, que viam na prisão com trabalho a saída para os que se desviavam da ordem vigente e se configuravam como um perigo à tranquilidade social.

Tal posicionamento estava presente nos escritos de Thomaz Alves Júnior, *Annotacoes theoreticas e praticas ao código criminal*, tomo I de 1864, sobretudo quando se contrapôs à prisão simples, que, segundo ele, não estava clara no Código de 1830 e permitia confusões com a prisão preventiva (ALVES Júnior, 1864, p. 540). Para o jurista, o trabalho era “a lei civilizadora do homem, acompanhar a prisão dessa circunstância não é impô-la ao homem, é sim fazer com que ele cumpra uma lei que até está escrita nos livros santos. Trabalha que te ajudarei.” (ALVES Júnior, 1864, p. 532-533). E concluía sua argumentação dizendo que “toda prisão deveria ser com trabalho, este mais ou menos rigoroso, sistematizado de seis meses a dois anos, ficando apenas a prisão simples limitada a seis meses, como prisão correccional”. (ALVES Júnior, 1864, p. 540). Essa prisão correccional provavelmente seria adequada, segundo ele, aos crimes policiais.

No geral, juristas e agentes do aparelho policial compartilhavam da ideia de correção moral pelo trabalho, mesmo que divergissem na percepção sobre o caráter localista da justiça criminal, que abria precedentes para a impunidade dos criminosos, e desempenhava um excesso de atribuições aos agentes do judiciário. Como bem resume Ricardo Sontag, durante todo o período imperial (1824-1889), a regulamentação sobre as prisões permaneceu mais a nível local, posto que muitas vezes existiam somente os regulamentos dos próprios cárceres, e não um regime penitenciário unificado para todo o país, ainda que o código criminal fosse único (SONTAG, 2019), e o Código de Processo Criminal possibilitasse certa autonomia para as províncias na sua composição judiciária.

Não foram raras as críticas de Ministros da Justiça nos anos 1830 para a contradição de alguns artigos do Código de Processo Criminal de 1832. Na perspectiva do ministro Honório Hermeto Carneiro Leão, por exemplo, a justiça estava sendo conduzida por homens que não teriam conhecimentos necessários para a sua prática, o que permitia que o poder público no âmbito municipal trouxesse para si a responsabilidade de estar à frente de políticas que pretendiam, em sua maioria, estabelecer o controle sobre a população. (BRASIL. Relatório do Ministério da Justiça apresentado pelo Ministro Honório Hermeto Carneiro Leão, 1833).

A propósito, as “ambiguidades da ordem” oitocentista, especialmente quando tratamos dos escravos e pessoas pobres livres (CAMPOS, 2006), tem merecido atenção entre os historiadores. No que se referem às ações da polícia, do sistema prisional e das instituições carcerárias do Brasil, historiadores como Marcos Bretas, Thomas Holloway e Clarissa Nunes Maia nos indicam que o controle policial desse período ajudou a fomentar a figura do “bom cidadão”, particularmente entre as pessoas mais pobres. Essas discussões também foram elementos de investigação de Sidney Chalhoub, Mônica Dantas, Marilene Sant'Anna e Gleison Monteiro, que, em suas análises, nos auxiliaram na abordagem dos mecanismos de punição que visavam a correção moral do sujeito transgressor, agora associado a ações ilegais devidamente qualificadas na lei penal do Código de 1830.

Nesse sentido, “ao pensarmos a questão da punição no Brasil, observamos que foram articuladas várias estratégias para sua implantação [...] [...], no qual a classe dirigente soube arquitetar seu projeto” (MONTEIRO, 2021, p. 313) de “civilização” e

de correição. Esse parece ter sido o contexto de adaptação da Casa de Prisão de Teresina, à pena de prisão com trabalho.

Discussão do Tema: Punição e Correção

Em 1850, o então presidente da província do Piauí, Dr. Luiz Carlos de Paiva Teixeira, enviou ao Ministro e Secretário de Estado do Brasil, Eusébio de Queiroz Coutinho Matoso da Câmara, uma carta tratando da necessidade de construção de uma instituição correcional em Teresina, capital da província. Para o chefe político,

[...] huma caza de prizão com trabalho, que comprehendesse o sistema penitenciário cuja base e principio vital fosse o silencio, a que se unisse hum trabalho continuo de muitas horas e huma reclusão absoluta no resto do dia e da noite, conseguir-se hião grandes vantagens desde já, e melhormente para o futuro, segundo mais bem conhecido e comprehendido fosse o sistema que tem por fim a volta do culpado ao seio da sociedade, melhor e mais bem morigerado. [...] (APEPI. *Livro de Registro de Correspondências do Palácio do Governo com Delegados, Subdelegados e Chefia de Polícia. Anos 1850-1857*).

Interessante destacar na referida correspondência, o trabalho como aspecto importante para disciplinar o criminoso. Para um sistema penitenciário rigoroso e eficaz, caberia um trabalho contínuo de muitas horas ou a aprendizagem de um “ofício”, que redimiria o condenado e a sua consequente inserção no “seio da sociedade”. Para um sistema penitenciário rigoroso e eficaz, caberia um trabalho contínuo de muitas horas ou a aprendizagem de um “ofício”, que redimiria o condenado e a sua consequente inserção no “seio da sociedade”. Sobre esse aspecto, novamente recorreremos às ideias de Thomaz Alves Júnior.

De acordo com o autor, o mínimo de dois anos seria o tempo para que o indivíduo se afeioasse (novamente) ao trabalho e se “corrigisse”. E em se tratando

do Art. 46, o problema estaria no período mínimo de cumprimento da pena, que, salvo a prisão correccional, seria necessária uma duração maior para que o trabalho pudesse surtir os efeitos de “regeneração”. Nesse caso, sugere que nenhuma pena de prisão com trabalho fosse inferior a dois anos.

Une-se a esse entendimento o da necessidade de se ter cadeias diferentes para os presos punidos com trabalho e os que estavam condenados à prisão simples. Outrossim, nos permite inferir sobre o controle de instituições coercitivas e dos poderes locais da nação sobre as pessoas, notadamente, as mais pobres. Isto porque a criação de Casas de Prisão com Trabalho, construídas e/ou reformadas, não abrangeu todas as províncias, e está inserida no contexto da tentativa de descentralização do judiciário nos anos trinta do século XIX.

Considerações Finais

A previsão da pena de prisão com trabalho no Código de 1830 demarca um contexto extremamente significativo que começava a se delinear não só no Brasil, mas também em diversos países europeus. Além da perspectiva da punição pelo trabalho com a finalidade da correção moral do indivíduo criminoso, essa possibilidade de sanção prevista no Código, ressalta a importância dos debates sobre prisões para a organização da sociedade brasileira no século XIX.

Não obstante, a novidade de previsão da pena veio acompanhada de lacunas acerca de seu regime de cumprimento, especialmente pela dificuldade dos estabelecimentos prisionais das províncias em abarcar oficinas para o trabalho dos presos (AQUINO; AZEVEDO, 2018). Além disso, para a real eficiência do caráter

punitivo da pena prisional com trabalho, eram necessárias mudanças na construção do Art. 46 do Código, como a revisão no seu período de cumprimento.

Convém notar que correção do criminoso a partir do trabalho passava necessariamente pela modernidade penal, pela construção de prisões que recuperassem o indivíduo, que o reconduzissem, pelo trabalho, e de como ser útil, para a sociedade. O trabalho cumpria a tarefa de manter o preso ocupado, evitando-se o ócio e desviando-o da prática de atividades ilícitas dentro da prisão, como o jogo, e fora dela, retornado como o “bom” cidadão. Quanto as características jurídicas/policiais da Casa de Prisão com Trabalho em Teresina, em meados do século XIX, cabem ainda mais pesquisas. Procuramos dar os primeiros passos, neste trabalho.

Referências

- AQUINO, Yuri Alvarenga Maringues de; AZEVEDO, Lucas Frederico Viana. O cárcere e a Assembleia Legislativa Provincial Mineira (1835-1889). *Revista Direito GV*[online]. 2018, v. 14, n. 3, pp. 958-985. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2317-6172201836>. Acesso em: 19/11/2021.
- BRETAS, Marcos. O crime na historiografia brasileira: uma revisão na pesquisa recente. In: *BIB Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, p. 49-61, 1991.
- CAMPOS, Adriana Pereira. Ambiguidades da construção da ordem no Brasil: escravos, polícia e senhores no Oitocentos. In: *História Unisinos*, nº 3, vol. 10, 2006, p. 273 280.
- CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. 2ª ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.
- DANTAS, M. D. (org.). *Revoltas, motins, revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX*. São Paulo: Alameda Editorial, 2011.

HOLLOWAY, T.H. *Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

MAIA, Clarissa Nunes; NETO, Flávio de Sá; COSTA, Marcos; BRETAS, Marcos Luiz. (et. al.) *História das prisões no Brasil*, Vol. I. Rio de Janeiro: Anfiteatro, 2017.

MONTEIRO, Gleison da Costa. Casa de Prisão com Trabalho em Teresina-Piauí (1850-1880). In: *História Unisinos*, nº 25, vol. 2, 2021, p. 312-327.

SANT'ANNA; Marilene Antunes. Trabalho e Conflitos na Casa de Correção do Rio de Janeiro. In: MAIA, Clarissa Nunes; NETO, Flávio de Sá; COSTA, Marcos; BRETAS, Marcos Luiz (Org.). (et. al.) *História das prisões no Brasil*. Vol. I. Rio de Janeiro: Anfiteatro, 2017, p. 283-314.

SANT'ANNA, Marilene Antunes. *"De um lado, punir; de outro, reformar": projetos e impasses em torno da implantação da Casa de Correção e do hospício de Pedro II no Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado. PPGHIS/UFRJ. Rio de Janeiro: 2002.

SONTAG, Ricardo. "Casas de correção" ou "casas de corrupção"? Os juristas e a questão penitenciária no Brasil (1830-1984). In: *Historia de las prisiones sudamericanas: entre experiencias locales e historia comparada: siglos XIX y XX*. (orgs) CESANO, José Daniel; NÚÑEZ, Jorge A.; ALVO, Luis González. Universidad Nacional de Tucumán. Instituto de Investigaciones Históricas Leoni Pinto, 2019.

Fontes primárias

ALVES Júnior, Thomaz. *Anotações theoricas e praticas ao código criminal*. Vol. I. Rio de Janeiro: Francisco Luiz Pinto & C., 1864. p. 519-533 Disponível em: <https://sistemas.stf.jus.br/xmlui/handle/123456789/2346> Último acesso em: 18/08/2021.

APEPI. *Livro de Registro de Correspondências do Palácio do Governo com Delegados, Subdelegados e Chefia de Polícia*. Anos 1850-1857. SPE. CÓD. 756. ESTN: 07. PRAT. 01.

BRASIL. 1830. *Lei de 16 de dezembro de 1830*. Coleção das Leis do Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm Acesso em: 25/07/2021.

BRASIL. *Ato Adicional de 1834 – Lei nº 16, de doze de agosto de 1834*. Sem Paginação. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM16.htm Acesso em: 22/07/2021.

BRASIL. 1833. *Relatório do Ministério da Justiça apresentado pelo Ministro Honório Hermeto Carneiro Leão*, a cerca de seu tempo de administração no ano de 1832, à Assembleia Geral Legislativa em março de 1833. Rio de Janeiro: Tipografia Imperial e Nacional, 1833, p.17-18. Disponível em: www.crl.edu/brazil 25/07/2021.

BRASIL. *Código do Processo Criminal do Império de 1832*. Lei de 29 de dezembro de 1832. Coleção das Leis do Brasil. Sem Paginação. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LIM/LIM-29-11-1832.htm Acesso em: 25/11/2021.

BRASIL. *Constituição Política do Império do Brasil - 25 de março de 1824*. (parágrafo XXI, Art. 179). Sem Paginação. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm Acesso em: 22/11/2021.

PIAUÍ, Poder Judiciário. *Processo penal contra Maria Perigosa iniciado em 1º de fevereiro de 1856*. Caixa: Processos Crimes, n. 0066. Arquivo Público do Piauí, Casa Anísio Brito.

“Afastar os trabalhadores de hábitos criticáveis”: o Serviço de Recreação Operária (SRO) e a repressão aos jogos de azar (1943-1951)

“Deflecting workers from bad habits”: the Worker’s Recreation Service (WRS) and the repression on gambling practices (1943-1951)

Érico Teixeira de Loyola¹

Introdução

A partir da análise dos objetivos, funções e atividades executadas pelo Serviço de Recreação Operária (SRO), fundado em 1943, o presente trabalho pretende problematizar a temática relativa à exploração dos jogos de azar durante os últimos anos de vigência do “Estado Novo” (1937-1945) e o Governo Dutra (1945-1951), e sua possível relação com os processos de disciplinamento das classes trabalhadoras levados a cabo no período, por intermédio da legislação social e penal. Pretende-se apresentar resultados parciais de pesquisa em andamento, que apontam para a centralidade do “lazer”, este entendido como uma espécie de contrapartida do “ócio”, para a construção de um “trabalhador ideal”, e como os jogos de azar, malgrado fizessem parte do cotidiano tanto das elites quanto das classes populares brasileiras, eram fiscalizados e reprimidos com base em critérios que distinguiam tanto o tipo de prática, quanto a própria pessoa praticante daquela atividade.

¹ Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Toma-se como base, principalmente, o regramento constante na Lei das Contravenções Penais (LCP), editada em 1941. Este código possui dispositivos que, seguindo longa tradição no direito brasileiro, penalizavam a prática de jogos de azar. No entanto, referido regramento conviveu, até pelo menos 1946, com normativas que autorizavam práticas do gênero em locais autorizados pelo governo, como os cassinos estabelecidos na costa gaúcha; afora isso, para além de tal corte temporal, autorizavam-se apostas em corridas de cavalo, desde que realizadas em hipódromos igualmente autorizados pelas instâncias de autoridade, ao passo que se criminaliza as chamadas “carreiras de cavalos”, muito comuns no interior do Estado.

Dessa forma, o exame dos pressupostos e projetos do SRO abre uma janela para averiguar quais lazeres seriam considerados mais ou menos aceitáveis, e de que forma essa conformação entrechocava-se com práticas culturais já há muito arraigadas, associadas a grupos subalternizados. Permite, ainda, compreender o tensionamento entre estas e os projetos disciplinarizantes dos anos 1940 e 1950, visando à conformação de um “trabalhador modelo”. Com esse objetivo, tomam-se como fontes de pesquisa a produção acadêmica de juristas contemporâneos à constituição do SRO, como Arnaldo Sússekind, seu primeiro diretor. São também levados em consideração publicações de veículos de imprensa do Rio Grande do Sul, nos quais eram ao mesmo tempo denunciadas e divulgadas práticas relacionadas aos jogos e azar.

“Afastar os trabalhadores de hábitos criticáveis”: o SRO e as disputas em torno da conformação do tempo livre

O SRO foi estabelecido em 1943, renomeado, nos anos 1950, como Serviço de Recreação e Assistência Cultural (SERAC), e extinto na década de 1960, quando as atividades que este encampava passaram a ser exercidas pelas entidades do Sistema “S”. Tratou-se de uma iniciativa do Ministério do Trabalho, então encabeçado por Alexandre Marcondes, com o intuito de promover atividades lúdicas a trabalhadores sindicalizados. Seu primeiro diretor, Arnaldo Sússekind², resumiu as atividades do órgão no sentido de que este possuía o objetivo de “afastar os trabalhadores de hábitos criticáveis, mediante um lazer saudável” (SÜSSEKIND, 2004, p. 87). E, por “lazer saudável”, exemplificava que

“(…) No Rio de Janeiro, por exemplo, havia três centros de recreação: no Jardim Botânico, onde hoje é a sede da ABBR, em Olaria e em Padre Miguel. Cada local desses dispunha de ginásio polivalente e biblioteca, constituindo-se num espaço de atividades esportivas e culturais.

(…)

Promovemos, ainda, a difusão de bibliotecas e discotecas, doando discos aos sindicatos – Sílvia Caldas e os demais cantores de rádio tinham preferência – e um pacote de cem títulos escolhidos pelo diretor da Divisão Cultural, (...) obras de Monteiro Lobato e literatura infantil, de modo geral, poesia, livros de história do Brasil, Dom Quixote, de Cervantes, além de livros de auto-ajuda e até um manual da Justiça do Trabalho. (...)” (SÜSSEKIND, 2004, p. 87)

² Arnaldo Sússekind bacharelou-se em Direito em 1939, aos vinte e dois anos, quando já trabalhava no Conselho Nacional do Trabalho (CNT). Tomou parte nas comissões responsáveis pela elaboração da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Nos anos 1940 participou da Comissão Permanente de Direito Social do Ministério do Trabalho. Teve atuação nos meios políticos, chegando a ser Ministro do Trabalho entre 1964 e 1965, durante o governo Castelo Branco (FGV/CPDOC).

Nota-se, portanto, que o SRO pretendia prover atividades que viessem ao encontro das diretrizes do Estado Novo. Conforme sintetiza Maria Helena Rolim Capelato, “o brasileiro ordeiro e trabalhador tinha direitos decorrentes do cumprimento dos deveres para com o coletivo – Brasil. O primeiro dever era o trabalho que era também o seu primeiro direito” (CAPELATO, 2009, p. 181). Assim, se o trabalho era o principal dever social, é compreensível que houvesse preocupação, igualmente, com as condições as quais os momentos de lazer eram vividos, a fim de manter a mão de obra disponível em condições saudáveis e ordeiras.

Na obra de “Direito Brasileiro do Trabalho”, editada em 1943, Arnaldo Süssekind, em parceria com outros autores, expôs de maneira clara o entendimento que se tinha acerca do propósito do “descanso”:

"(...) o objetivo visado pela instituição do descanso não diz respeito apenas aos interesses do empregador ou mesmo das empresas que, desta forma,obteem melhor produção daqueles. A finalidade do descanso obrigatório é um bem comum, **o progresso ético e material do próprio Estado**. Pela instituição do descanso, escreve Garcia Olviedo, "se satisfazem legítimas exigências sociais. Ao Estado interessa **que sua população não degenerere.(...) Interessa-lhe também que o nível de cultura não decresça, procurando que um sistema de descansos proporcione ao espírito ocasião de ilustrar-se"** (grifo meu; SUSSEKIND et al; sic, 1943, p. 201).

O descanso e o lazer, portanto, não serviriam unicamente ao relaxamento. Possuíam propósito político, e refletiam uma visão de sociedade hierarquizada, em que cumpria às classes trabalhadoras buscar ilustração e hábitos saudáveis, a fim de evitar a “degenerescência”. Não menos verdade, porém, o reconhecimento da

importância do tempo livre representava uma conquista destes mesmos grupos, que poderiam então valer-se de um conjunto de leis que as protegia quando eventuais desmandos.

Nesse sentido, Angela Bretas aponta que o SRO foi um dos desdobramentos da aliança que Vargas procurava estabelecer com as camadas trabalhadoras, inserindo-se em “um rol de medidas necessárias à manutenção do pacto social” (BRETAS, 2006, p. 202). Ao mesmo tempo, abria caminho para o ingresso destas, em uma ótica negociada, à “uma nova ordem, não somente moral, mas também e, principalmente, lúdica”, na qual fossem abandonados “velhos hábitos no que se referia à diversão” (Idem, p. 203).

Dessa forma, algumas práticas deveriam ser extirpadas ou reguladas. Esses objetivos, em certa medida, vinham inclusive ao encontro de alguns setores do movimento sindical organizado, para os quais o tempo do “não trabalho” deveria ser realmente utilizado para a elevação do nível intelectual, ao combate do alcoolismo e de “divulgação dos métodos de luta das sociedades de resistência, pois os eventos reuniam encenações teatrais, piqueniques, bailes e discursos políticos” (BRETAS, 2010, p. 161). É nesse sentido, portanto, que se revela interessante compreender o SRO como mais um dos diversos órgãos instituídos durante o Estado Novo para a irradiação “da ideologia do trabalho”, e de combate àquilo que era considerado dele desviante, mas, também, de veículo para as aspirações dos próprios grupos trabalhadores naquilo que estes compreendiam ser também relevante.

O caso dos jogos de azar e o contexto sul-rio-grandense

Alain Corbin, na introdução da coletânea “História do Tempo Livre”, aponta que o “lazer”, em sua longa duração, se constitui face ao desenvolvimento econômico e ao disciplinamento do trabalho, como uma espécie de espaço temporalmente reservado para o indivíduo. Essa divisão mais rígida entre um e outro momento enseja, gradualmente, o aparecimento de disputas entre grupos na definição do que seria ou não aceitável, entre práticas pessoais consideradas mais ou menos enriquecedoras, do que derivam processos restritivos nos quais se nota “viva antipatia pela ociosidade e um forte desejo de modelar o lazer do outro, considerado inferior, naturalmente sujeito à imoralidade, à desordem dos instintos, à pulsão imediata e ao risco da miséria” (2001, p. 09).

No contexto da produção historiográfica brasileira, Sidney Chalhoub, tendo como pano de fundo o Rio de Janeiro da *belle époque*, aborda a tensão entre as classes trabalhadoras e as forças repressivas estatais no pós-abolição, quando se conformava “uma nova ética de trabalho” (...) ‘de fora para dentro e de cima para baixo” (CHALHOUB, 2001, p. 254). Sandra Pesavento, por seu turno, com enfoque nos anos 1920 e abordando a situação de Porto Alegre, aponta que “na rua se expressava a irreverência de atitudes e sociabilidades que eram estranhadas e condenadas pela família burguesa (...) um espaço de ameaças, as quais era preciso controlar” (PESAVENTO, 1994, p. 114).

Esse movimento disciplinar, aprofundado durante o Estado Novo, e ilustrado pelas iniciativas levadas a cabo pelo SRO, chocava-se, como já assinalamos, com

práticas sociais há muito estabelecidas relativamente à fruição do tempo livre. Além disso, à primeira vista, as diretrizes encaminhadas seriam potencialmente contraditórias, pois impostas a determinados grupos sociais em detrimento de outros. Isto é, haveria padrões duplos de moralidade, na medida em que se desqualificavam determinadas práticas populares, ao mesmo tempo em que asseguravam o seu exercício por grupos de elite.

Entretanto, nas breves linhas deste resumo, cabe argumentar que essa “primeira impressão” deve ser matizada, pois a sociedade brasileira dos anos 1940 e 1950 parecia assentar-se, em termos culturais, em uma aparente dicotomia entre uma “cultura popular” e outra “cultura de elite”. Ou seja, não haveria “duplos padrões”, pois a premissa para a existência de uma norma como a LCP parecia justamente ser de que haveria indivíduos que, por suas condições socioculturais, seriam incapazes de conter seus instintos, e sobre os quais a lei penal seria a única “língua” compreensível. É nesse sentido, aliás, que o Desembargador José Duarte, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, em defesa das contravenções, expunha que

“[...] O Estado no seu ordenamento jurídico dispõe de outros meios de tutela e coação, mas a pena é a que mais se coaduna com a defesa social, pelo seu efeito psicológico imediato e eficaz, diante de uma restrição de liberdade. (...) Confronte-se a multa administrativa com a sanção penal e ver-se-á quão mais salutar e eficaz é a última” (1944, p. 205).

Essa disparidade aparece quando tratamos dos jogos de azar. As contravenções relacionadas ao jogo conviveram com regras casuísticas que o excepcionavam, autorizando o funcionamento de cassinos. É marcante, nesse

sentido, a presença de matérias publicitárias em jornais do Rio Grande do Sul anunciando a inauguração de estabelecimentos destinados à exploração da sorte e do azar, e dos “prazeres” da jogatina em pretensos ambientes de clima familiar, como o cassino existente no Clube Sacarrôlhas, em Rio Grande, e no Hotel Picoral, em Imbé (VIDA POLICIAL, 1942, Edição nº 50; CORREIO DO POVO, 4/12/1941). Esses mesmos periódicos, porém, também traziam em suas páginas matérias sobre os riscos do jogo, e a ameaça que estes representariam para a sociedade (VIDA POLICIAL, 1944, Edição nº 70; CORREIO DO POVO, 15/10/1944). Em matéria de março de 1943, por exemplo, o periódico “Vida Policial” – o mesmo que anunciava o cassino do Hotel Sacarrolhas –, elogiava a ação da Delegacia de Costumes, em Porto Alegre, em sua campanha contra o jogo do bicho, anunciando que a atividade estaria sob escrutínio atento das autoridades (VIDA POLICIAL, 1943, Edição nº 56).

Joana Schossler, em interessante artigo sobre a conformação dos balneários sul-rio-grandenses, sugere que os cassinos teriam atuado como parte fundamental para o desenvolvimento econômico da região litorânea, servindo, inicialmente, como chamarizes para as elites locais. No entanto, na década de 1940 alguns destes estabelecimentos teriam passado a ser frequentados por membros das classes trabalhadoras, que, agora com férias remuneradas, poderiam aproveitar as delícias do litoral e, conseqüentemente, os cassinos lá instalados:

“A considerável procura pelos cassinos durante a estação de veraneio está atrelada à modernização e urbanização dos balneários, mas também aos benefícios trabalhistas conquistados ao longo da década de 1930. As férias remuneradas, que foram constituídas na legislação

brasileira somente em 1934, tornaram-se um benefício comum aos trabalhadores, a partir da década 1940. Porém, ao longo das alterações constitucionais, elas já mexiam com o imaginário social dos trabalhadores, que sonhavam com a possibilidade de gozar férias e do tempo livre nas praias do Atlântico” (SCHOSSLER, 2019, p. 73)

Determinadas práticas de lazer associadas às elites, de um modo geral, e os cassinos, em particular, estariam cada vez mais ao alcance das classes trabalhadoras. Nesse contexto, é significativo que, em 1946, já sob o governo de Eurico Dutra, tenha sido editada norma proibindo a existência destes em território nacional. Mais significativo ainda que, para a justificação de tal norma, tenha sido invocado que essa espécie de prática violaria a “tradição moral jurídica e religiosa do povo brasileiro”, e que as exceções abertas teriam implicado “abusos nocivos à moral e aos bons costumes” (Decreto-Lei nº 9.215/1946).

Isto é, um viés moralista, e que procurava demarcar as fronteiras entre o “bom” e o “mau” lazer, associado a grupos populares e de elite, parece ter orientado essa reviravolta legislativa. A tolerância observada com certos tipos de jogos de azar foi suprimida justamente em um momento em que estes aparentemente passavam a ser usufruídos de forma legal pelas classes trabalhadoras.

Dessa forma, parece-nos que, apesar da mudança na chefia de governo, e da nova Constituição de contornos liberais editada em 1946, a tendência ao autoritarismo e ao moralismo nos costumes teria permanecido um ponto permanente. Nesse sentido, Antônio Tostes Baêta Vieira aponta a proibição dos jogos de azar, e a campanha de repressão ao comunismo, seriam parte de uma mesma agenda política de descrédito à figura de Vargas, qualificando-o como corrupto (VIEIRA, 2019, p. 140);

ou seja, embora de contornos supostamente mais democráticos, parece ter sido justamente sob o governo Dutra que se levaram a cabo campanhas repressivas e moralizadoras mais contundentes.

Conclusão

Essa breve exposição procurou estabelecer algumas diretrizes para pesquisa mais ampla, envolvendo a repressão às práticas de lazer. Procurou, ainda, por meio de fontes e referências bibliográficas, trazer alguns indícios que pudessem ilustrar as tensões existentes em torno da definição do espaço de recreação do outro, em particular no atinente aos jogos de azar. Tensão essa, aliás, ainda presente, e que aponta para a permanência, em nossa sociedade, de processos que levam a cortes tais como de uma “cultura de elite” em oposição à uma “cultura popular”, como se a última estivesse em posição de inferioridade relativamente à primeira.

Fontes

DUARTE, José. *Comentários à Lei das Contravenções Penais*. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1944. Disponível em: Biblioteca do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul.

GOMES, Angela Castro; PESSANHA, Elina G. da Fonte; MOREL, Regina de Moraes (orgs.). *Arnaldo Süssekind: um construtor do direito do trabalho* (Entrevista). Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

SÜSSEKIND, Arnaldo; LACERDA, Durval de; VIANNA, José de Segadas. *Direito Brasileiro do Trabalho (Volumes I e II)*. Rio de Janeiro: Editora “A Noite”, 1943. Disponível em: Biblioteca do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. Periódico Vida Policial (1942-1944)
Periódico Correio do Povo (1941-1944)

Referências

- BRÊTAS, Angela. Trabalho e Recreação: uma visão panorâmica dos fundamentos, da organização e das realizações do Serviço de Recreação Operária (1943-1945). *Revista Esboços*. Florianópolis: nº 16, p. 199-220.
- BRÊTAS, Angela. O Serviço de Recreação Operária (1943-1945): uma experiência do Governo Vargas no campo do não-trabalho. *Cadernos AEL*. Rio de Janeiro: v. 16, n. 28, 2010, p.145-173.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em cena: propaganda política no Vargasismo e no Peronismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2ed, 2009.
- CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. Campinas: Editora Unicamp, 2.ed., 2001.
- CORBIN, Alain (org). *História dos tempos livres: o advento do lazer*. Portugal: 2001.
- CORBIN, Alain (org). *História dos tempos livres: o advento do lazer*. Portugal: 2001.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Os pobres da cidade: vida e trabalho (1880-1920)*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1994.
- SCHOSSLER, Joana Carolina. Na beira da praia: sociabilidades na orla marítima do Rio Grande do Sul (1900-1950). In: *Saindo da Zona de Conforto: a interdisciplinaridade das Zonas Costeiras*. Tomo VIII da Rede Braspor, 2019, p. 64-81. Acesso em: 24 nov 2021. Disponível em:
<http://redebraspor.org/livros/2019/Braspor%202019%20-%20Artigo%204.pdf>
- VIEIRA, Antonio Tostes Baêta. *Memória e História nos Cassinos: vestígios de um glamour social*. Tese (Doutorado em Memória Social) – Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 2019.

“A grande família VARIG”:

A construção e transformação da identidade do sujeito variguiano nos anos 1980 e 1990 em Porto Alegre.

“The great VARIG family”: The construction and transformation of the identity of the variguiano subject in the 1980s and 1990s in Porto Alegre.

Gabriel Vanin Ethur¹

Introdução

A aviação civil e comercial no Brasil tem como um de seus marcos o dia 7 de março de 1927, com a fundação da Viação Aérea Rio-Grandense VARIG, “a pioneira”. Idealizada e fundada por Otto Ernest Meyer (1927 - 1942), a VARIG teve concepções de negócios e relações de trabalho no *trabalhismo nazista*² em seus primeiros anos, e depois transformada em um sistema *paternalistas*³ na gestão de Ruben Martins Berta (1943-1966). Nos primeiros anos a identidade e interesses da companhia esteve fortemente ligada a cultura e sociedade germânica, pelo menos até a Segunda Guerra

1 Mestrando em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Contato: gabriel_ethur@hotmail.com

2 Na concepção do *trabalhismo nazista*, a “empresa devia expressar um ordenamento social mais amplo. No contexto da Alemanha hitlerista, a crença de que a agressão externa e a expansão são necessárias à manutenção da comunidade nacional se reproduzia no imaginário relativo à comunidade fabril mediante a celebração da competitividade. Dentro da fábrica, o respeito à dignidade do trabalho aparecia como contraface do rígido respeito pela hierarquia e pela liderança empresarial, considerados fundamentais para o enfrentamento da concorrência externa. (FORTES, 2004, p. 211)

3 Sobre o conceito de paternalismo Thompson (1998), entende-o como um “termo descritivo frouxo”, que pode ser usado da maneira tão diversa que é difícil precisá-lo, mas em geral está ligado a “implicações de calor humano e relações próximas que subentendem noções de valor. Confunde o real e o ideal” (THOMPSON, 1998, p. 32).

Mundial quando investigações da embaixada americana apontaram para o colaboracionismo entre Otto e o partido nazista alemão (FORTES, 2004).

Neste mesmo momento, as campanhas de Getúlio Vargas de nacionalização forçaram a companhia a uma aparente “desgemanização” e, em 1942, com entrada do Brasil na guerra e a interrupção imediata de comércio com as forças do Eixo, houve um afastamento tecnológico da indústria alemã, sendo substituído pela estadunidense (FORTES, 2004).

No início da década de 1980, a VARIG havia garantido 100% das rotas internacionais e iniciava a década com boas pretensões, após a compra da Cruzeiro do Sul em 1974, investindo mais em suas subsidiárias como a Rio-Sul, e em modernização e ampliação de frotas (OLIVEIRA; FAY, p. 2013). No cenário internacional com a virada da década, houve também uma mudança de perspectiva sobre a regulamentação aérea, principalmente sobre o papel de controle do Estado nesse mercado, iniciando a era da desregulamentação dos mercados. A Varig entretanto, buscou se aproximar cada vez mais do Estado e da ditadura civil-militar. Fato que até metade dos anos 1980 teria ajudado a empresa a se proteger da desregulamentação que vinha ocorrendo no resto do mundo. Porém, com o fim da ditadura e o processo de redemocratização, a VARIG acabou perdendo a influência política de antes.

Além disso, o final dos anos 1970 e a década seguinte viram o ressurgimento do movimento social combativo, conhecido como “novo sindicalismo” (SANTANA, 1999; 2011), processo que chegou aos hangares da empresa e influenciou na

construção de um novo sindicato dos aeroviários regional, o Sindicato dos Aeroviários de Porto Alegre, e na primeira grande greve na Varig, parando o centro de manutenção (CEMAN) de Porto Alegre em 1987.

Dessa forma, esse trabalho traz apontamentos preliminares da pesquisa de mestrado em curso, buscando discutir a construção da identidade do *variguiano* e suas peculiaridades, mais especificamente dos mecânicos de manutenção de aeronaves (MMA) de Porto Alegre, trabalhadores de um setor estratégico da companhia que até o momento foram pouco estudados pelas ciências humanas. A pesquisa, temporalmente, é delimitada a partir do fim da gestão de Erik de Carvalho em 1979 quando se encerra a chamada “época de ouro”, até 2001 com a criação da Varig Engenharia e Manutenção (VEM).

Nesse cenário analisaremos como a identidade do *variguiano* foi se transformando, observando suas contradições e disputas internas. Dessa forma, a partir de uma perspectiva interseccional, nos questionamos sobre qual a importância e influência das questões étnico-raciais, entendendo que os debates raciais estão no centro da formação da identidade desses trabalhadores, tendo em vista anos de exaltação e aparente hegemonia germânica.

Também, dentro dos debates de gênero, problematizando as razões da predominância masculina (principalmente no caso dos mecânicos) e das relações entre a masculinidade e identidade profissional, além dos efeitos das relações paternalistas em suas concepções de estrutura familiar. E por fim, das relações de classe, considerado como mais um atravessamento na constituição da identidade.

A classe é aqui entendida a partir das concepções thompsonianas, como uma “categoria histórica” que “deriva de processos sociais através do tempo” (THOMPSON, 2001, p. 270), sendo ela um processo constante de formação e transformação. A interseccionalidade é usada para romper com essencialismos de uma identidade fixa e unificada, sem também simplesmente considerar como a soma de múltiplas identidades, pois a interseccionalidade é, antes de tudo, uma “lente analítica sobre a interação estrutural em seus efeitos políticos e legais” (AKOTIRENE, 2019 p. 37). Assim a pesquisa propõem-se a desmembrar os aspectos mais profundos e pouco percebidos do *variguiano*.

Ao buscarmos compreender a identidade, recorreremos à memória coletiva e/ou individual desses sujeitos, pois a memória e a identidade “se entrecruzam indissociáveis, se reforçam mutuamente desde sua emergência até sua inevitável dissolução” (CANDAU, 2012, p. 19). Sendo assim, como afirma Candau, não existe “uma busca identitária sem memória e, inversamente, a busca memorial é sempre acompanhada de um sentimento de identidade, pelo menos individualmente” (2012, p. 19). A memória é, portanto, o “resultado de um trabalho de organização e de seleção do que é importante para o sentimento de unidade, de continuidade e de coerência – isto é, de identidade” (ALBERTI, 2014, p. 167). Por isso, a fonte oral é essencial na pesquisa, visto que ela coloca os agentes (os mecânicos) como protagonistas ativos nesse processo.

Explorando seis entrevistas contendo em média de 2h de relatos, concentram-se entre trabalhadores aposentados com idades entre 55 a 70 anos, sendo três com

algum envolvimento sindical mais ativo e outros três com pouco ou nenhum vínculo sindical. As fontes concentram-se entorno da memória e experiência do trabalho na Varig (relação sentimental com a empresa, profissão e lazer) e envolvimento político sindical durante os anos 1980. A partir dessas fontes, tentaremos compreender o que cada um fez, “o que queria fazer, o que acreditava estar fazendo e o que agora pensa que fez” (PORTELLI, 1997, p. 31). Além disso, como de costume em trabalhos sobre a história operária, a própria imprensa sindical também tem um papel fundamental, principalmente a partir da análise do *AEROFOLHA*, jornal/boletim sindical do Sindicato dos Aeroviários de Porto Alegre, edições de 1985 até 1999.

Deste modo, a proposta deste trabalho é analisar o processo de formação e transformação da identidade desses sujeitos a partir de uma história crítica da empresa VARIG, principalmente através da desmistificação das relações com os trabalhadores. E por fim, trazendo os relatos e memórias desses sujeitos ao centro do debate, colocando-os como protagonistas de sua história.

Referências:

ALBERTI, V. História dentro da história. In: *Fontes históricas*. 3.ed. 1o r ed. São Paulo:

Contexto, 2014.

AKOTIRENE, Karla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Polém, 2019. (Coleção Feminismos Plurais)

BILHÃO, I. A construção da identidade operária brasileira: Aspectos de uma trajetória historiográfica. *Mundos do Trabalho*, v. 2, n. 4, p. 218–234, 16 mar. 2010.

Disponível:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/1984-9222.2010v2n4p218>> Acessado em: 07 de outubro de 2021.

CANDAU, Joel (2012) – Memória e identidade. São Paulo: Contexto.

FAY, Claudia M. *Crise nas alturas: a questão da aviação civil (1927-1975)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2013.

FORTES, Alexandre. *Nós do Quarto Distrito – A classe trabalhadora porto-alegrense e a era Vargas*. Caxias do Sul/Rio de Janeiro: Educs/Garamond (Coleção ANPUH/RS), 2004.

OLIVEIRA, G. G. DE. *Varig: Símbolo do Transporte Aéreo Nacional*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2013.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. *Projeto História*, São Paulo,

PUCSP, no 14, p 25-39, fev. 1997.

Disponível: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11233/8240>>

Acessado em: 07 de outubro de 2021.

SANTANA, Marco Aurélio. Política e História em disputa: o “novo sindicalismo” e a ideia de ruptura com o passado. In: RODRIGUES, Iram Jácome (org). *O novo sindicalismo: vinte anos depois*. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

SANTANA, Marco Aurélio. O sindicalismo brasileiro nos anos 1980-2000: do ressurgimento à reorientação. *Estudos do Trabalho*, v. Ano V, p. 1–17, 2011.

Disponível: <<https://www.coursehero.com/file/90281753/O-sindicalismo-brasileiro-nos-anos-1980-2000-do-ressurgimento-%C3%A0-reorienta%C3%A7%C3%A3opdf/>>

Acessado em: 07 de outubro de 2021.

THOMPSON, E.P. *Costumes em Comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, E.P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Unicamp, 2001.

Resistência Anarquista no Governo Vargas (1932-1935): entre a Experiência Corporativista no mundo do trabalho e o Projeto Libertário.

Anarchist Resistance in The Vargas Government (1932-1935): between the Corporate Experience in the labor worlds and the Libertarian Project

Maiara Puk Góes da Silva¹

Em outubro de 1930, foi realizado um “movimento revolucionário” por parte de uma coligação partidária oposicionista à política que caracterizava a Primeira República, a Aliança Liberal. O golpe foi dado em um momento de grande instabilidade política e econômica, resultado do crescimento dos movimentos sociais e políticos, e das consequências geradas pela quebra da Bolsa em 1929, fortalecendo as correntes antiliberais e autoritárias (CAPELATO, 2003). Parte dos trabalhadores participou dos comícios de tal coligação e se entusiasmaram com as promessas de mudanças em relação à questão social. Assim, Getúlio Vargas, através de um golpe, assumiu em novembro a chefia de um suposto governo provisório, que se estendeu a um governo Constitucional (1934-1937) e à ditadura do Estado Novo (1937-1945).

Esse primeiro governo corresponde aos anos de indefinição ou incertezas, que se prolongaram até 1937 (PANDOLFI, 2003 e CAPELATO, 2003), uma vez que existiam vários projetos e, portanto, várias possibilidades, tornando o governo

¹ Graduanda em História pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Ex- Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e atual monitora do Centro de Memória e Pesquisa Histórica da UNIFESP. Contato: maiara.puk@unifesp.br.

instável. Tal instabilidade advinha também da heterogeneidade da Aliança Liberal, uma junção, basicamente, de oligarcas dissidentes e de tenentes. Assim, enquanto uns defendiam a manutenção de um Estado liberal descentralizado e com pouca intervenção nas áreas econômica, social e política, o outro era favorável a um modelo de Estado forte e intervencionista, mas esses não eram os únicos projetos em disputa. Essa indefinição levou a outros grupos acharem que seus projetos se efetivariam, gerando grande efervescência política. Dentre eles estavam as correntes de esquerda, como os anarquistas, defensores da Revolução Social.

Durante esse primeiro momento, Getúlio optou por uma política centralizadora, com a diminuição da autonomia dos estados em paralelo ao aumento de seu intervencionismo frente às questões do país, logo, uma centralização política que favoreceu a ala tenentista, defensora do projeto corporativista (PANDOLFI, 2003). Ou seja, apesar do embate de projetos, o “arcabouço institucional de cunho autoritário e corporativista”, como denomina Angela Araújo, estava sendo formado (1994, p. 36).

Na área social, assim como nas demais, exerceu uma política intervencionista a partir da criação de “mecanismos institucionais para o enfrentamento dos conflitos de trabalho” (GOMES, 1979, p. 226), como o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, ainda em 1930, e a lei de sindicalização, em 1931. Ao mesmo tempo, entre 1931 e 1934, durante a parte final da administração de Lindolfo Collor e a administração de Salgado Filho (ministros do trabalho), promulgou uma série de decretos e leis de proteção ao trabalhador, direcionando seu foco para a área

trabalhista, para a previdência social e para a questão sindical, de acordo com José Murilo de Carvalho (2017, p.116): estabeleceu as 8 horas de trabalho; regulamentou o trabalho das mulheres e dos menores; adotou a lei de férias; instituiu a carteira de trabalho (vista como um documento de identidade do trabalhador), o direito a pensões e a aposentadorias etc. A atenção dada às reivindicações dos trabalhadores foi importante, pois era um dos assuntos mais relevantes e motivo de diversos conflitos na Primeira República. Anteriormente, por mais que tivessem certa autonomia para se organizarem, sofriam muita repressão e seus direitos eram pouco ou quase nada assegurados (TOLEDO, 2017).

A base dessa interferência era a ideologia corporativista, defendida já na década de 20 pelos intelectuais nacionalistas autoritários de matriz teórica positivista e organicista (Francisco Campos, Oliveira Viana e Azevedo Amaral) e pelos tenentes. Ambos eram críticos das instituições republicanas, das ideias que a formavam e do liberalismo, por isso desenvolveram propostas de reorganização social e política, formulando um novo projeto (ARAÚJO, 1994).

O corporativismo prezava pela união em prol da formação de uma grande Nação, por essa razão era muito importante o fim da luta de classes e de outras instituições entendidas como as responsáveis pelos problemas do governo anterior. O decreto nº 19.770, de 19 de março de 1931, isto é, a lei de sindicalização, surgiu nesse contexto dentro da lógica de colocar o Estado como mediador da relação entre capital e trabalho, com o intuito de prezar por uma relação harmônica e que

evitasse o conflito social. A partir de então foi criada uma nova organização das classes em um novo sindicato único atrelado à estrutura do Estado.

O objetivo, segundo Angela de Castro Gomes, era combater toda organização que quisesse se manter independente, assim como todas as lideranças (socialistas, comunistas, anarquistas) ao proibir que os sindicatos fizessem propagandas de ideologias políticas, como ocorria até então (GOMES, 2005, p. 163). Ademais, somente um sindicato por categoria profissional seria reconhecido pelo Estado; e os sindicatos deixariam de ser um órgão representativo dos interesses dos operários e dos patrões, tornando-se um órgão de cooperação entre as duas classes juntamente ao Estado. Dessa forma, os sindicatos deixaram de ser uma instituição de direito privado e passaram a ter uma personalidade jurídica pública: não representavam mais os interesses privados para que pudessem se tornar um “órgão consultivo e técnico” do governo. Também não havia mais a possibilidade da criação de mais de um sindicato por categoria profissional, substituindo a pluralidade pela unicidade sindical (CARVALHO, 2017). Por fim, o novo sindicato foi atrelado à política institucional.

O novo Estado brasileiro e o projeto que trazia para o plano social iam de encontro a uma parcela da classe operária. Entre ela, estava a defensora do projeto libertário: os anarquistas eram adeptos a atuação nos sindicatos de caráter revolucionário e se mantiveram resistentes desde o início à proposta corporativista. O anarquismo era uma doutrina política que defendia o fim da dominação (capitalista, estatal, religiosa etc.); era a favor da organização de uma sociedade a

partir da autogestão; e prezava para que a transformação fosse feita de “baixo para cima”. Enxergavam nos trabalhadores – e na população subalterna em geral – um dos principais motores para a transformação da sociedade. Assim, os anarquistas foram a principal resistência frente à deslegitimação das formas organizativas da classe trabalhadora, além de serem importantes na luta por direitos, tanto na 1º quanto na 2º República, algo que se pretendeu mostrar nessa pesquisa, justificando o enfoque nesse grupo.

Para entender o embate entre os projetos e compreender a experiência anarquista foi utilizado como fonte o jornal libertário *A Plebe*, publicado entre 1932 a 1935, mais especificamente os números 01 ao 07 e do 30 ao 91². O periódico foi fundado em 1917, por Edgard Leuenroth (trabalhador e militante anarquista), e era produzido por militantes e trabalhadores para as classes subalternas. Foi empastelado durante a década de 20 e voltou a circular em 1932 em um contexto de reorganização das associações e da imprensa operárias. Nesse momento estava sob direção de Rodolfo Felipe (outro militante), com publicações majoritariamente quinzenais (por problemas econômicos), aos sábados e com expediente à noite. Era formado por quatro páginas em formato tabloide; não tinha anúncios nem financiamentos; chegou a 5.000 tiragens e a várias localidades do Brasil, de norte ao sul. Sua sede mudou de endereço três vezes ao longo do período analisado ³.

² Recorte feito de acordo com a disponibilidade da fonte.

³ Parque D. Pedro II, nº 103, 2º andar (1932); Ladeira do Carmo nº7 (1932-34); e Avenida Rangel Pestana, nº 251 (1934-35)

Entender suas condições de produção e seu conteúdo é muito importante para historicizar a fonte, de acordo com Tânia Regina de Luca (2008). Então, é válido explicar que o jornal em questão tinha um caráter educativo e realizava a defesa dos princípios revolucionários e anárquicos, logo não pretendia a imparcialidade. Disseminou ideais anárquicos para politizar e organizar seus leitores, dentre eles a classe trabalhadora, e se posicionou diante dos acontecimentos do cotidiano de acordo com seus princípios. Portanto, foi responsável por criar uma identidade ao dar voz às classes sociais excluídas.

Em suas páginas foi possível acompanhar as ações, instabilidades, posicionamento e reivindicações dos sindicatos e da Federação Operária de São Paulo (fundada em 1905 e de caráter sindicalista revolucionário), na seção do “Movimento Operário” (geralmente na terceira página). Ambos possibilitaram a compreensão da experiência dos trabalhadores anarquistas nesse período. Contudo, por mais que apresentassem posicionamentos ideológicos semelhantes e houvesse uma intersecção importante entre eles, são atores diferentes: os editores do jornal eram um grupo político e anarquista, e a FOSP e seus sindicatos eram formados especificamente por trabalhadores, geralmente de tendência libertária, mas nem sempre.

Desde sua volta, o jornal afirmou ser um “modesto semanario [sic] dedicado ao estudo e debate de todos os problemas que se relacionam com a Questão Social e com as aspirações dos trabalhadores”⁴, abarcando as reivindicações trabalhistas,

⁴ Nº 1, p. 4, em "Nosso reaparecimento"

as greves, as condições de vida e de trabalho, a repressão, as mobilizações, assim como a oposição à lei de sindicalização, à Lei de Férias, à institucionalização da Carteira de Trabalho, às ações do governo e do Ministério do Trabalho. Para além desse assunto, também discutiu sobre os movimentos insurrecionais internacionais, o fascismo, o integralismo, a Revolução Constitucionalista, a Assembleia Constituinte, a Constituição de 1934, a Lei de Segurança Nacional etc.

Primordialmente, a oposição ao projeto corporativista foi feita por seus princípios serem contrários à presença do Estado na sociedade, ainda mais nas características que passou a ter na década de 30. Outro motivo foi a defesa da ação direta, sem a presença de intermediários, pois alegavam ser os únicos capazes de defender seus interesses. Além disso, no projeto exposto nas fontes analisadas, o sindicato era essencial para a eclosão da revolução social e para o fim das explorações em que os trabalhadores eram submetidos, então o controle das associações operárias além de não ter sido visto como uma maneira de garantir os direitos trabalhistas, também foi cada vez mais associado a uma tentativa de fascistização do país. O seguinte trecho exprime bem qual era concepção libertária sobre os sindicatos:

(...) O sindicato, que é hoje o organismo de luta permanente contra o patronato e contra o capitalismo, sendo também [sic] um poderoso elemento de educação social dos trabalhadores, pois trás em constante exercício o seu sentimento de solidariedade (...), está destinado a ser amanhã a base essencial da reconstrução da sociedade, assegurando a viabilidade das

concepções libertarias [sic], em oposição a toda tendencia [sic] centralista e autoritária.⁵

Ao longo dos números publicados o discurso a respeito da nova lei de sindicalização foi de que se tratava de uma maneira da “burguesia”, isto é, dos empregadores, junto ao Estado controlarem e impedirem a emancipação da classe trabalhadora. Seu intuito era enganá-los, diminuir o espírito revolucionário e afastá-los da luta de classes. A promulgação da lei beneficiava apenas as “classes dominantes” porque diminuiria as manifestações e greves contra os empregadores e, ao mesmo tempo, os trabalhadores seriam divididos e controlados. Sua adoção representava a dominação política dessa classe e a interrupção da obra revolucionária em curso, ao impedir a liberdade de organização e a propagação dos ideais libertários, corroborando para a extinção das associações autônomas. Além de todas essas críticas, o periódico defendeu se tratar de um método copiado do fascismo com a pretensão de escravizar ainda mais os trabalhadores, já que seria um obstáculo ao avanço moral e econômico destes.

As opiniões negativas sobre a lei foram crescendo conforme os anos e de acordo com aumento daqueles que aderiram à sindicalização, impactando na opinião a respeito do governo e do Ministério do Trabalho. Nem o jornal nem a FOSP e seus sindicatos consideraram que a “Revolução de 30” levou ao poder um governo revolucionário (como foi chamado no período), ainda mais quando este passou a cometer os mesmos erros da “República Velha” ao não garantir o

⁵ Nº 52, p.2, em “Vida Anarquista. Em torno do sindicalismo”, escrito pelo Grupo Editor de ‘A PLEBE’. (30/12/33)

cumprimento das leis sociais e utilizar de métodos repressivos contra os trabalhadores que se manifestavam contra as sucessivas burlas do patronato ou reivindicavam seus direitos. Assim, a tentativa de controle dos sindicatos, a qual minou cada vez mais as possibilidades dos sindicatos autônomos e de caráter revolucionário prosperarem, junto à ineficiência das leis sociais e à repressão levaram os anarquistas a considerá-lo fascista e, mais do que isso, definiram o Ministério do Trabalho como um órgão inútil, fascista e que apenas beneficiava a “burguesia”. Por fim, concluíram que a questão social não havia sido contemplada de fato. Então, a esperança inicial se transformou em desilusão.

A primeira forma de resistir foi a indicação tanto pela FOSP quanto pela *A Plebe* aos trabalhadores para que recusassem o novo sindicalismo proposto e que continuassem agir de acordo com os princípios anarquistas (dentre eles a ação direta) sendo guiados pela Federação. Além disso, ressaltavam os perigos do atrelamento ao sindicato oficial, como a submissão dos interesses proletários aos dos empregadores (por ser uma luta desigual e por ser impossível a harmonia/conciliação entre essas classes); a impossibilidade de reivindicação de uma vida melhor, uma vez que essa negociação estaria nas mãos do Estado (inimigo e uma instituição que favorecia a “classe patronal”); o risco de se transformarem em instrumento político etc.

Prezar pela ação direta era importante para que a transformação social fosse feita de baixo para cima, pelos próprios trabalhadores, os únicos reais conhecedores de suas realidades e explorações. A ação direta surgiu dentro do pensamento e do

movimento anarquista do século XIX e foi muito importante para que o anarquismo se elaborasse como movimento político e social (MARCELINO, 2018). Os trabalhadores e militantes adeptos dessa ideologia continuaram reiterando nessa década a relevância desse princípio para que seus objetivos fossem alcançados e para resistir à organização corporativista defensora de intermediários entre capital e trabalho. Nesse sentido, incentivaram as greves como a principal forma de reivindicação de seus direitos e apoiaram até mesmo as realizadas pelos trabalhadores dos sindicatos oficiais. Também criaram, por exemplo, um comitê pró-férias, entre 1932 e 1933, para que a conquista desse direito ocorresse por meio de suas próprias ações. Além disso, denunciavam constantemente a burla das leis por parte do patronato, ressaltando a ineficiência do Ministério e do governo em assegurar os direitos já promulgados em lei, deslegitimando ainda mais o projeto corporativista, principalmente entre 1933 e 1934, quando o número de sindicalizados aumentou.

Executando outra forma de resistir, a FOSP e o próprio jornal iniciaram um contato com outros grupos de caráter libertário com a finalidade de “estretar os laços de fraternidade” entre as organizações de caráter “genuinamente proletário, da capital e do interior”, pedindo para que todas elas enviassem correspondências diretamente à Federação. Essa reorganização foi uma tentativa e necessidade de unir os trabalhadores e ressaltar as “vantagens da organização operária de resistência”. O jornal argumentava que se os trabalhadores estivessem desunidos seriam sempre vítimas “indefesas da prepotência capitalista”, mas associados teriam

força necessária para a defesa de seus interesses e para caminharem “até á integralização de seus supremos direitos de emancipação”. Por essa razão, era essencial um “ativo e ininterrupto trabalho de organização de toda a classe operária”. Além disso, a reorganização desses grupos a partir de 1933 teve a finalidade de propagarem os ideais libertários e discutir formas de agir, como “Amigos de propaganda libertária”, o Comitê de Relações dos Grupos Anarquistas de São Paulo, Grupo Terra Livre etc.

Dessa forma, a solução para os problemas que enfrentavam estava na organização dos trabalhadores nos “sindicatos revolucionários” e no estudo da questão social em todos os seus aspectos. Os “trabalhadores conscientes” deveriam se posicionar contra e impedir a interferência no campo da luta proletária, isto é, no sindicato. De acordo com o jornal, o operariado de São Paulo continuava ao longo desses anos resistindo a todas as tentativas de penetração, às ameaças e perseguições e isso foi possível pela orientação da FOSP, por meio dos princípios apolíticos, possibilitando que os trabalhadores soubessem recusar e responder com manifestações à tentativa de imposição.

Os trabalhadores e militantes anarquistas realizaram também uma resistência ampla no sentido de atuar em várias frentes e não somente no movimento operário. Ainda em 1932 tinham pretensões de formar um Congresso Operário no próximo ano que seria responsável por estudar todos os aspectos da questão social a fim de se opor à intromissão do poder estatal nas relações entre capital e trabalho, e estabeleceria as diretrizes para a luta contra o capitalismo. Estiveram presentes em

grupos de afinidade, conferências, festivais e em suas publicações de modo a educar os trabalhadores sobre o projeto libertário, suas vantagens e a construção da sociedade futura. Nesses meios, vistos como “elos de ligação”, um dos temas geralmente discutido foi justamente a questão social.

Por fim, *A Plebe* também organizou seu conteúdo de modo a ressaltar a importância e a vantagem do projeto libertário para os trabalhadores e para o alcance de uma sociedade que prezasse pelo bem-estar social de todos. Vários artigos discorreram sobre o que era o anarquismo e a importância da atuação nos sindicatos de caráter revolucionário. Cada vez mais foi frisado também o descontentamento por parte dos sindicalizados pelo descumprimento das leis. Ademais, a precarização da vida do trabalhador era constantemente citada provavelmente para mostrar as desvantagens do projeto corporativista em vigência no país. Mas apesar de todas essas ações em defesa do projeto libertário e as tentativas de resistência, esse grupo e suas ações sofreram impactos.

Em suma, a promulgação da lei de sindicalização e a posterior associação de benefícios a ela fez com que alguns sindicatos ligados à FOSP se sindicalizassem, como a União dos Trabalhadores Gráficos. Não foi algo relatado de forma explícita, mas foi perceptível que a desvinculação aconteceu após o governo e o Ministério do Trabalho realizar tal medida. Embora o jornal tenha abordado pouco os impactos sobre o movimento operário causados por essa nova forma de organização, foi possível observar certo desânimo e dificuldade entre os trabalhadores para dar

continuidade às atividades em seus respectivos sindicatos. Em alguns momentos foi perceptível também a perda de adeptos.

Referências

ARAÚJO, Angela M. C. *Construindo o Consentimento: Corporativismo e Trabalhadores no Brasil dos anos 30*, Campinas, Tese de Doutorado, IFCH/Unicamp, 1994.

CAPELATO, Maria Helena. *O Estado Novo: o que trouxe de novo?* In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. (O Brasil Republicano, v.2)*. RJ: Ed. Civ. Brasileira, 2003.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. – 23º ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

GOMES, Angela de Castro. *Burguesia e Trabalho. Política e Legislação Social no Brasil (1917-1937)*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo* – 3. ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). *Fontes Históricas*. 2. ed. 1ª impressão. São Paulo: Contexto, 2008.

MARCELINO, Danillo Rosa. *Ação direta: a via para a transformação social, São Paulo (1906-1919)* São Paulo (1906-1919). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de São Paulo, 2018. 165 f.

PANDOLFI, Dulce. Os anos 1930: as incertezas do regime. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. (O Brasil Republicano, v.2)*. RJ: Ed. Civ. Brasileira, 2003.

TOLEDO, Edilene. *Um ano extraordinário: greves, revoltas e circulação de ideias no Brasil em 1917*. Estudos Históricos (Rio de Janeiro), 2017.

Jazz, amor e outros vícios: narrativas sobre mulheres, cocaína e álcool nas revistas policiais do Rio de Janeiro (1920-1934)

Jazz, love and other vices: narratives about women, cocaine and alcohol in police
magazines in Rio de Janeiro (1920-1934)

Wellington do Rosário de Oliveira¹

Introdução

No começo do século passado, o Rio de Janeiro e seus personagens foram apanhados no centro das profundas transformações socioeconômicas daquele momento de transição, no qual mudava-se a relação senhorial-escravista para a relação burguês-capitalista. Sobre isso, a obra de Chalhoub (1986) pode ser vista, em certo sentido, como um dos estudos pioneiros sobre o pós-abolição e as relações sociais, de trabalho e moradia estabelecidas entre sociedade que acompanha, de forma desarmoniosa, as transformações bruscas regida pelos interesses da elite. Outras duas obras importantes que analisam a presença das mulheres nesse universo anatomicamente masculino, são os escritos de Rago (2014), uma das primeiras autoras a analisar a questão de gênero no movimento operário brasileiro, e Soihet (1989), que pondera que a discriminação da condição feminina gerou desigualdades e serviu de base para muitas formas de violência.

¹ Mestrando em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Contato: hwellingtok@gmail.com

Nesse contexto, a dignificação do trabalho e da competição parecia se firmar juntamente com o positivismo de “ordem” e “progresso”, consagrando-se no valor supremo de uma sociedade fundada na expropriação do homem. No trabalho, nas relações familiares ou nos botequins, os assalariados vão resistindo, constituindo-se em elementos de reação ao poderio que estabelecia diferentes mecanismos de controle social. Outrossim, não chega a ser novidade que o discurso da imprensa tenha funcionado como um importante mecanismo propagador de ideologias e interesses da elite, resultando numa série de discursos tomados por “algaravias” contra as classes populares, que logo se tornaram também “classes perigosas”.

Mulheres gatunas

Posto isto, a intenção deste texto é de reunir e discutir alguns documentos sobre o cotidiano de mulheres acusadas de crime ou subversão da ordem, algumas trabalhadoras “formais”, como empregadas domésticas, outras exerciam a prostituição. Assim, essas mulheres pertenciam a diferentes grupos sociais diversificados, mulheres pobres, brancas, negras, senhoras, adolescentes, mas todas tinham em comum o tratamento dos impressos do gênero policial sobre elas. Com isso, podemos situar a documentação reunida em duas categorias. A primeira se trata, majoritariamente, de acusações envolvendo mulheres negras, pobres e analfabetas que, além de sofrerem diariamente para se sustentarem numa sociedade recém-abolicionista, precisavam lidar com o preconceito social no interior de famílias que as acusavam de usurpações. Por conseguinte, reunimos documentos sobre o cotidiano de mulheres trabalhadoras ou não, mas que foram julgadas pelos impressos por

frequentarem espaços considerados “marginalizados”, quase todos do universo masculino, como bares, lupanares e pensões.

Os documentos pertencem ao gênero dos impressos. Em especial, trata-se de algumas revistas policiais com grande visibilidade e relevância na sociedade carioca das primeiras três décadas do século XX: *Boletim Policial* (1907-1933), *Vida Policial* (1925-1927) e a *Revista Criminal* (1927-1934). A respeito desses impressos há alguns estudos publicados, como os de Ottoni (2012) e Shizuno (2012), que nos atentam para compreendê-los enquanto mecanismos propagadores de notícias tendenciosas e sensacionalistas sobre as classes populares, drasticamente confundidas com a delinquência. Um exemplo disso é o tratamento das mulheres negras e pobres, acusadas de roubo e furto sem haver nenhuma prova que deliberasse tal acusação. De modo geral, podemos destacar alguns estudos importantes que discutem as chamadas “classes perigosas”, como Bretas (1997), Chalhoub (2001) e Marroco (2006).

Desse modo, o mesmo aconteceu com as fontes analisadas. Em especial se tratando da revista *Vida Policial*, o preconceito racial contra as negras, era algo ainda mais escancarado. Nas palavras da revista, o Rio de Janeiro era uma cidade habitada por uma “classe de mulheres sobre a qual a polícia é obrigada a exercer vigilância absoluta e constante”. O discurso ressalta que as “raparigas” se aproveitavam da baixa demanda de criadas para se infiltrarem nos lares de família, oferecendo serviços de copeiras, cozinheiras e outras ocupações domésticas. Ainda segundo a fonte, além de mentirem, essas mulheres iam, aos poucos, ganhando a confiança dos seus

patrões para, posteriormente, fornecerem informações das residências para quadrilhas especializadas em arrombamento. Para a revista, as mulheres usavam nomes falsos para não serem identificadas em razão de possíveis antecedentes criminais. No documento examinado, foram mencionadas: Ilda de Souza, Dulce dos Santos ou Adelina dos Santos, Dulce da Silva, Geny Rodrigues e Julieta Moreira Silva. O perfil das residências onde aconteciam os furtos era sempre em regiões nobres da cidade, de famílias de posse e quase sempre os itens usurpados eram dinheiro, jóias e outros pequenos pertences.

A revista mencionada é a que mais se destaca em relação à acusação de mulheres negras. É indubitável que também havia mulheres brancas acusadas pelos mesmos crimes, mas não em consenso com a quantidade de narrativas sobre as negras. Um exemplo disso ocorreu na edição de 16/05/1925, em que a seção “Ellas” denuncia quatro “criadas infiéis”, sendo elas Anna Ferreira, Nelly Maria, Olga Nogueira da Rocha e por fim, Regina Messa, a única mulher branca. Naquele mesmo mês, outra reportagem sobre cinco mulheres que foram presas após roubarem pertences das casas onde trabalhavam. Uma das figuras era Alice Willes, que utilizava seis nomes falsos, descrita como uma mulher branca de origem estrangeira e que pertencia a uma ilustre família carioca, sendo os seus parentes, “pessoas da alta sociedade” e que recentemente teria se tornado viúva. Não por acaso, a edição dedicou a lauda apenas para engrandecer que Alice, diferente das demais “negrinhas hábeis na arte de enganar”, não era como as outras. Por fim, a nota ressalta que a vida de Alice era um “verdadeiro romance”, justificando seu comportamento devido ao abandono familiar e,

embora a mesma tivesse “uma enorme quantidade de furtos” e passagens pela polícia, o tratamento fora diferenciado para com as demais mulheres descritas como “as outras negrinhas”, sendo elas Maria dos Santos, Iracema Rodrigues, Alda Maria dos Santos, Andreza da Silva.



Figura I: Fotografia de Olga Nogueira. In: Vida Policial, Rio de Janeiro, 16/05/1925.

Figura II: Fotografia de Regina Messa. In: Vida Policial, Rio de Janeiro, 16/05/1925.

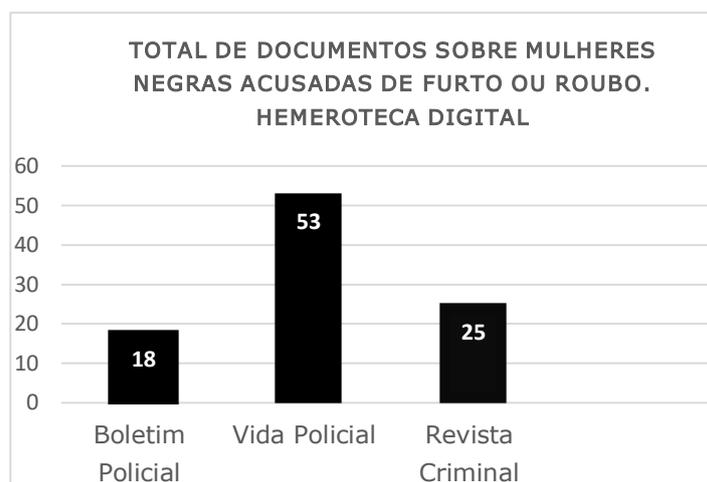
Figura III: Fotografia de Maria dos Santos. In: Vida Policial, Rio de Janeiro, 09/05/1925.

Figura IV: Fotografia de Alice Willes. In: Vida Policial, Rio de Janeiro, 09/05/1925.

De modo geral, sabemos que as cidades são espaços de confrontos, logo, a presença cada vez mais onipresente das mulheres no espaço público, acusadas de inverter tais valores morais e sociais, tornou-se um artifício muito utilizado pelos impressos para distinguir os sujeitos a partir de tipologias preconceituosas, como as “negrinhas” e as “polacas”. Por ser um espaço visto como funcional destinado à acumulação e à circulação do capital, não chega a ser novidade que diferentes estratégias de controle das massas tenham refletido continuamente no cotidiano dessas mulheres pobres e marginalizadas. Os subalternizados, como visto por autores como Soihet (1989) e Perrot (2007), nos mostraram que, em diferentes contextos, as mulheres criaram maneiras de construir, nos obstáculos cotidianos relegados à pobreza, diferentes formas de sobrevivência e sociabilidade, muitas vezes se apropriando de espaços “disciplinados”, como os lares de família, segundo a lógica

do controle e redefinido, por diversas vezes, pelo discurso da imprensa moralista e, não rara as vezes, segregacionista, ainda que nas “entrelinhas”.

São tantas histórias parecidas de mulheres às margens de sistemas excludentes e discriminatórios, que ficaria quase impossível discuti-las em poucas laudas, ainda que em síntese apurada. Assim, podemos concluir, de forma acurada, que a documentação recolhida sobre o tema é um tanto variada, podendo ser encontrada nos arquivos destacados no corpo do texto. Com o propósito de encerrar essa discussão e apresentar a documentação discutida, em sentidos quantitativos, criamos um gráfico em que é ponderada toda a documentação encontrada sobre mulheres negras, acusadas de furto ou roubo, especialmente em residências familiares. Posto isto, como de praxe, sabemos que a imprensa, de modo geral, costumava divulgar a fotografia das pessoas antes mesmo das mesmas serem julgadas judicialmente. O que sabemos é que algumas tinham passagem pela polícia pelos mesmos delitos, justificando assim, eventuais trocas de nome. Por fim, a divergência nos dados abaixo pode ser explicada pelo fato de que a revista *Vida Policial* era mais sensacionalista no seu caráter informativo, então, costumava noticiar com maior frequência os conflitos urbanos no que tange ao crime a violência na sociedade carioca, diferente do que ocorre com as demais revistas, que apresentavam essas informações em formas menos descritivas e mais qualitativas.



Mulheres e os vícios

Já noutro assunto pertinente às mulheres e na contramão das teorizações que visualizam a mulher historicamente como um ser “passivo” e “submisso”, a historiografia revela como os populares enfrentaram o preconceito social da classe dominante, que via nas camadas populares um retrocesso e um obstáculo ao desejo de fazer dos trópicos uma civilização nos moldes do velho mundo. A autora Rago (1985) argumenta que outros problemas sociais, como a miséria, o alcoolismo, a tuberculose, a sífilis, a prostituição, a exploração da mulher e da criança, tornaram-se cada vez mais corriqueiros nas relações entre o público e o privado. Então, a mulher, antes restrita aos espaços de confinamento domiciliar, religioso e outros de sociabilidade, foram se tornando notícia no mundo da criminalidade carioca presente nos impressos que se embebedavam de teorias lombrosianas, como a questão da inferioridade feminina para explicar eventuais crimes, e outros comportamentos interpretados como um protesto à moral e os “bons costumes”.

A problemática à qual queremos chegar é apresentada como um tema delicado, espinhoso e pouco discutido na historiografia em consenso com outras problemáticas, sem tirar o mérito, é claro, das pesquisas sobre o tema que nos servem como referência, como os escritos Schettini (2002), Kushir (1996), entre outros. É muito comum a interferência da imprensa jornalística no tratamento sobre a prostituição carioca, que costumava diferir no tratamento sobre as meretrizes de acordo com cada especificidade. O historiador Oliveira (2021), argumenta que nem apenas de jazz, amor e outros vícios, como desordem, os lupanares do Rio de Janeiro eram conhecidos, mas também pelos sucessivos crimes hediondos envolvendo o assassinato das meretrizes por clientes, *cáftens* e outros sujeitos que a polícia não conseguia identificar. Desse modo, sabemos que crime e violência sempre fizeram parte desse conflituoso cotidiano das mulheres meretrizes e, por conseguinte, sempre haverá outras histórias a serem problematizadas, cabendo assim, o olhar detetivesco do historiador para com as suas fontes.

Não por acaso, o título desse estudo é “Jazz, amor e outros vícios”, e o objetivo de tal frase é porque nos documentos foi possível localizar narrativas sobre as mulheres em diferentes ocorrências, sempre espaços tipicamente “masculinos”, como bares e lupanares, algumas envolvidas com o “pó da ilusão”, ou o “pó maldito”, como a imprensa costumava discursar sobre a presença da cocaína nesses lugares. Na maior parte dos casos, segundo denotam as fontes, a cocaína era um dos males que periodicamente surgiam na *urbs* carioca e que enfraquecia as forças somáticas, e tirava a paz das famílias “honestas”, levando, conseqüentemente, os viciados ao

túmulo. Diversas campanhas policiais foram realizadas naquele período, algumas ganharam destaque no noticiário por envolver, entre outras coisas, grupos de mulheres, sujeitos viciados em estado de loucura, crimes passionais, homicídios, enfim, as consequências do ópio. Em 1927, por exemplo, a Vida Policial noticiou que dez mulheres, numa zona baixa do meretrício, foram presas após uma diligência policial contra dois perigosos mercadores de cocaína. Aparentemente nenhuma das mulheres foram presas, já que as autoridades entendiam que elas eram usadas como “marionetes” pelos seus *cáftens* para comercializar as drogas, algumas, dependendo da saúde mental, eram encaminhadas ao Hospital de Alienados.

Além dos “amores” que terminavam em crimes passionais, outro problema comum nesses espaços era o álcool. Como de praxe, eram comuns as ocorrências de homens em situação de embriaguez, mas com as mulheres também não era diferente. Em alguns casos, é possível identificar, numa mesma documentação, os mesmos problemas: vício, desordem, prostituição e as consequências desses meios. O Código Penal de 1890, era bem conspícuo em relação à venda e ao consumo do álcool nos botequins e bordéis do Rio de Janeiro. De acordo com alguns dados do Boletim Policial, havia um número bem considerável de “alienados” em 1928, 149 homens e 76 mulheres. As causas e doenças prováveis eram o alcoolismo, psicoses tóxico infecciosas, demência precoce, epilepsia, mania melancólica e outros tipos de “delírios”. Todos esses acontecimentos se davam em meio ao ritmo dançante do jazz, do tango, do samba, dos vários gêneros associados, nas primeiras décadas do XX, às classes pobres e que rapidamente se espalharam pelos bairros da boemia carioca.

Conclusão

A intenção deste estudo foi a de compreender algumas narrativas que são pouco discutidas em relação à história das mulheres, em especial, tratando-se do crime e da violência. A reflexão proposta enfatiza alguns aspectos que, até décadas atrás, não tinham relevância nos estudos históricos, como mulheres trabalhadoras, prostitutas ou apenas personagens comuns do cotidiano. Ao chegarmos nas palavras finais, não temos a intenção de concluir, mas ressaltar e indicar os caminhos (fontes) a serem estudados sobre esse tema.



Figura 05: Fotografia de uma mulher viciada em éter. Sem identificação. In: Vida Policial. 10/07/1926.

Figura 06: Fotografia de Arlette Genny, “suicida cocaína”. In: Vida Policial. 07/11/1925.

Figura 07: Fotografia de Maria Pernambucana, presa por vender cocaína. In: Revista Criminal. 15/09/1927.

Figura 08: Uma mulher embriagada sendo carregada por autoridades policiais. In: Vida Policial. 21/11/1925.

Referências

- BRETAS, Marcos Luiz. *Ordem na cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro, 1907-1930*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997, p. 198.
- CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- KUSHIR, Beatriz. *Baile de Máscaras: mulheres judias e prostituição - as Polacas e suas Associações de Ajuda Mútua*. Rio de Janeiro, Imago, 1996.

MAROCCO, Beatriz. *Prostitutas, Jogadores, Pobres e Vagabundos no Discurso Jornalístico*. Porto Alegre: Editora Unisinos, 2004.

OLIVEIRA, Wellington do Rosário. Rio, uma utopia sem amor: violência de gênero e homicídio contra mulheres meretrizes nas revistas policiais do Rio de Janeiro (1892-1925). *Aedos*, Porto Alegre, v. 13, n. 28, p. 25-67, outubro, 2021. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/aedos/article/view/113514/64826>>. Acesso em: 09 outubro. 2020.

OTTONI, Ana Vasconcelos. *O paraíso dos ladrões: crime e criminosos nas reportagens policiais da imprensa (Rio de Janeiro, 1900-1920)*. Tese em História. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar - Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

SCHETTINI, Cristiana. "Que tenhas teu corpo": uma história social da prostituição no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

SHIZUNO, Elena Camargo. *A revista vida policial (1925-1927) - mistérios e dramas em contos e folhetins*. (Tese de Doutorado em História), Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2011.

SOIHET, Rachel. *Condição feminina e formas de violência - Mulheres pobres e ordem urbana (1890-1920)*. Rio de Janeiro: Forense, 1989.